

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FACULDADE DE DIREITO
NÚCLEO DE MONOGRAFIA

O NEOLIBERALISMO COMO INSTRUMENTO DA MUNDIALIZAÇÃO
FINANCEIRA

CURITIBA
2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FACULDADE DE DIREITO
NÚCLEO DE MONOGRAFIA

O NEOLIBERALISMO COMO INSTRUMENTO DA MUNDIALIZAÇÃO
FINANCEIRA

Trabalho apresentado pelo acadêmico Marcos
Rafael Gonçalves Gonçalves como requisito
parcial à conclusão do Curso de Direito da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. ^a Dra. Katya Kozicki.

CURITIBA
2003

À minha família, meu porto seguro nos momentos difíceis da vida.

Os agradecimentos são para a Professora Katya, pela orientação nesta pesquisa e pelo exemplo de rigor e compromisso com a atividade acadêmica.

“Gente é pra ser feliz não pra morrer de fome”.

(Caetano Veloso)

MARCOS RAFAEL G. GONÇALVES

**O NEOLIBERALISMO COMO INSTRUMENTO DA
MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA**

Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos Professores:

Orientador: Prof(a). Dra. Katya Kozicki

Prof(a). Dra. Vera Karam de Chueiri

Prof. Dr. Elizeu de Moraes Correa

Curitiba, 13 de outubro de 2003.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
Capítulo I	8
1.1) Mundialização financeira	8
1.2) Criação de uma nova ordem	13
1.3) A mundialização financeira: financeirização como novo padrão da acumulação do capital	19
1.3.1) Gênese da mundialização financeira	25
Capítulo II.....	30
2.1) Fundamentos filosóficos do neoliberalismo	30
2.2) Fundamentos político-econômicos do neoliberalismo	37
2.2.1) Teoria histórica do capitalismo: os ciclos sistêmicos.....	39
2.3.2) As finanças como indústria.....	43
2.2.3) “Keynesianismo e a contra-revolução monetarista”	46
2.3) Neoliberalismo na Mundialização financeira	52
Capítulo III.....	55
3.1) Programa de ajuste estrutural.....	55
3.2) Consenso de Washington	58
3.3) As fases do ajuste estrutural	62
CONCLUSÃO.....	66
BIBLIOGRAFIA	70

RESUMO

Nas condições atuais da economia internacional, o financeiro ganha uma espécie de autonomia, tornando-se o dinheiro o centro do mundo. Vivemos num mundo de exclusões, agravadas pela desproteção social, apanágio do modelo neoliberal, que é também criador da insegurança, num sistema da perversidade legítima. Na configuração do Capitalismo atual, e em consequência de sua sociedade, a concorrência é colocada como regra, impera o individualismo e o medo social (o que surte efeitos como imobilismo social e político, perda da noção de solidariedade etc). Desde a década de 1980 assistimos em âmbito planetário a um empobrecimento em massa como resultado de políticas deliberadas implementadas em nome do neoliberalismo. Após o fracasso dessas políticas, impostas conjuntamente por governos que aplicam os dogmas neoliberais - orientadas pelos detentores de capitais nacionais e estrangeiros e pelas instituições financeiras multilaterais - fica evidente o esgotamento e inconsistência desse discurso, apesar das críticas a este modelo (de inevitáveis mazelas sociais) estarem sempre presentes nos mais variados setores da sociedade. O problema que será abordado por essa pesquisa é verificar o momento da “grande transformação” no Capitalismo contemporâneo, que possibilita a movimentação financeira ser o padrão sistêmico de acumulação de riquezas, e em que sentido é o pensamento neoliberal o instrumento dessa grande virada. Até o momento, fica claro que há uma decisão política adotada para manter as coisas como estão, resta agora traçarmos meios para que o próximo passo a ser dado tenha definitivamente o ser humano no centro dos debates.

INTRODUÇÃO

“Só é possível combater a tecnocracia eficazmente quando a desafiamos na sua área preferencial, aquela das ciências econômicas, e contrapondo ao conhecimento mutilado do qual ela serve um conhecimento que demonstre mais respeito às pessoas e às realidades”.

(Pierre Bourdieu)

Embora possa parecer, não é em tom de ironia que o professor Carlos Frederico Marés SOUZA FILHO costuma dizer, em suas palestras acerca do tema Direitos Humanos, que tratar da (falta de) efetivação de direitos usando os índios como exemplo é questão óbvia demais, demasiadamente fácil, por tão grosseira e explícita que é. Por isso vai tratar do homem comum, dos excluídos do sistema (capitalista), daqueles que sofrem as consequências tidas como “sociais” da implementação de uma ordem econômica neoliberal.

O presente trabalho opta por abordar, justamente, essa questão do neoliberalismo, e seu papel dentro da ordem econômica. Nesse sentido, tratar da existência de um “projeto neoliberal”, identificando e analisando as mazelas sociais que traz consigo seria, também, algo óbvio demais: vide a massa de desempregados num desemprego que hoje é estrutural; os esfomeados, pois são milhares os indivíduos que vivem abaixo da linha da pobreza; os tantos sem-terra, sem-teto e sem-educação, que agora passam a se organizar para reivindicar seu direito de (sobre)viver; e os direitos, se antes já eram poucos e não efetivados, passam a ser cada vez mais desregulamentados numa ordem de perversidade sistêmica onde o dinheiro, ou mais especificamente o *financeiro*, ganha uma espécie de autonomia e o ser humano parece ficar para segundo plano. Prefere-se, pois, seguir os ensinamentos de Pierre BOURDIEU, exposto na epígrafe desta Introdução, e ‘desafiar a elite internacional em sua área preferencial’: a economia.

Entende-se aqui se tratar de uma questão de Justiça. Nesta seara defende-se que o estudo do neoliberalismo, enquanto política econômica a servir de meio para algo maior que é a própria mutação (adaptação, na verdade) do sistema capitalista, é de fundamental importância para aqueles que almejam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

E tanto isso é verdade que o mundo jurídico a essa questão não pode virar as costas. Compreender o mundo que nos cerca faz-se necessário, como condição de possibilidade para que se possa operar o Direito numa perspectiva transformadora. Lênio STRECK afirma que “no momento em que o mundo é varrido por uma fustigante onda neoliberal, é inexorável que a questão da função do Estado e do Direito seja (re)discutida”, para que a realização da democracia

e direitos sociais se tornem, enfim, uma realidade num país de grandes desigualdades como o Brasil¹.

Neste trabalho, ainda que a elucidação da relação de simbiose entre doutrina neoliberal e o processo - ainda não concluído - de mundialização financeira no “Capitalismo Global”, seja o objeto do estudo ora proposto, não se deve perder de vista o caráter instrumental dessa pesquisa, numa contribuição interdisciplinar, com o intuito de possibilitar ao operador do Direito uma reflexão crítica acerca de temas que se encontram na ordem do dia no debate jurídico-institucional. Temas que não podem ser discutidos como um fim em si mesmos, como é a questão do desmantelamento do Estado Democrático e Social de Direito, a diminuição de recursos orçamentários das políticas públicas sociais e a retirada de garantias fundamentais da Constituição (ainda que de maneira indireta), isso só para citar alguns.

Desde logo, faz-se necessário demarcar determinadas premissas que orientam o trabalho a seguir exposto, embora nem todas sejam trabalhadas de forma exaustiva, por não serem o objeto do estudo:

1) a partir da década de 1970, com o rompimento unilateral dos Acordos de Bretton Woods pelos EUA, ficou evidenciado que uma nova ordem econômica estava a ser implementada, pautada na liberalização dos mercados financeiros, em contraposição direta ao pensamento keynesiano, que propugnava a intervenção do Estado no domínio econômico;

2) as alterações legislativas por todo o globo passam a ser tarefa essencial para a elite internacional, pois além de serem pontos centrais no tocante à diminuição do tamanho do Estado, garantem uma ordem legítima para a atual ordem de acumulação do capital – é certo que elas são apenas uma das facetas desse movimento, mas irrefutável para atestá-lo de que é um fato; e

3) com a mudança do modo de acumulação sistêmica no sistema capitalista em vista da financeirização da economia, além de ficar comprovada a deliberada tentativa de restabelecer os padrões econômico-financeiros existentes no início do século XX, fica evidente a opção feita pelo dinheiro em sua forma mais pura em detrimento do ser humana, do trabalho humano, haja vista que na mundialização financeira há uma verdadeira desconexão da esfera financeira da esfera real da economia.

E assim tem-se a hipótese a ser verificada:

¹ STRECK, Lênio Luiz. *Hermenêutica dogmática e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. 2. ed. ver. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. p. 21.

4) é o projeto neoliberal, consubstanciado em política econômica a ser levado a cabo pelos Estados Nacionais – vide o Consenso de Washington -, o instrumento desse processo que tanta confusão e perplexidade causa ao espírito dos indivíduos², desde o final do século XX?

Na medida em que o Capitalismo avança por todo o Globo³, em que a mudança no padrão de acumulação sistêmica que privilegia a esfera financeira homogeneiza-se nas relações internacionais, enfim, na medida em que a “solução neoliberal” influencia as políticas econômicas de um sem número de países, fazendo valer o dogma liberal da livre circulação do capital no comércio mundial, não é de se estranhar que tudo o que não seja favorável e esse “novo” processo de acumulação de riquezas passa a ser considerado um “empecilho” – e logo, algo a ser excluído⁴. É nessa perspectiva que, segundo os dogmas neoliberais passam a ser enxergados os direitos sociais, sindicatos (e movimentos sociais como um todo), políticas públicas de cunho social etc - o que, para se dar um exemplo, explica as recentes alterações na legislação dos países onde ainda restam quaisquer vestígios de proteção à coletividade (e não se pode negar que o contexto brasileiro seja um exemplo disso⁵).

A hipótese central deste trabalho é que, a partir da década de 1970, com o rompimento dos Acordos de Bretton Woods, a economia mundial passa a ganhar, explicitamente, uma nova dinâmica em vista de sua financeirização, e que o neoliberalismo (o projeto neoliberal) é o instrumento dessa grande transformação - como política econômica a influenciar governos em todas as partes do globo - com base no sucesso do ‘ajuste estrutural’. Assim, somente com uma correta compreensão do contexto que hoje se vive, que não sem exagero vislumbra uma

² Veja o capítulo III da obra *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*..2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, do mestre Milton SANTOS.

³ E essa é uma característica da mundialização, tendo na queda do comunismo realmente existente um exemplo irrefutável disso, com as Repúblicas Socialistas Soviéticas se reorganizando em bases capitalistas de livre mercado. Assim escreve HOBSEWANE: “Embora o colapso do socialismo soviético e suas enormes conseqüências, por enquanto impossíveis de se calcular por inteiro, mas basicamente negativas, fossem o incidente mais dramático das décadas de crise que se seguiram à Era de Ouro, essas seriam décadas de crise universal ou global. A crise afetou as várias partes do mundo de diversas maneiras em grau diferentes, mas afetou a todas elas, fossem quais fossem as suas configurações políticas, sociais ou econômicas, porque pela primeira vez na história da Era de Ouro criou uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida por sobre as fronteiras do Estado (“transnacionalmente”) e, portanto, também, cada vez mais por sobre as barreiras da ideologia de Estado”. *In A Era do Extremo: o breve século XX*. (trad. Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 19

⁴ Vide João José NEGRÃO. *Para conhecer o neoliberalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 1998 e Eric TOUSSAINT. *A bolsa ou a vida*. São Paulo: Edição Perseu Abramo, 2001..

⁵ Para tanto, recomendamos a leitura da obra de César Augusto Silva da SILVA. *O direito econômico na perspectiva da globalização*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

perspectiva de barbárie, é que se poderá construir uma base teórica sólida para construção de um pensamento emancipador.

O objetivo principal é o de analisar em que medida o receituário da ideologia neoliberal (e nisto o Consenso de Washington tem um papel central) favorece a esfera financeira, com a liberalização dos mercados, desmonte do *Welfare State* etc, de modo a tornar como regra no processo de acumulação do capital o que MARX já denominava de “a forma mais fetichizada da relação capitalista”, na qual dinheiro gera dinheiro em detrimento de toda a esfera produtiva, da “economia real”.

A abordagem do tema se dá através de uma análise do capitalismo em sua perspectiva histórica. A intenção dessa forma de análise histórica, na passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro é buscar as causas e os fundamentos (teóricos) dessa mudança. Situando a doutrina neoliberal neste contexto é possível dela extrair seu conteúdo econômico (como política econômica que nela se concretiza), este será o caminho a ser seguido, buscando-se o entendimento do ponto que hoje aos mais atentos causa tanta perplexidade.

Indução e dedução serão instrumentos metodológicos constantes na pesquisa, na dificuldade de se manter rigidamente fixo a apenas uma perspectiva de análise de um tema tão complexo. Quanto à técnica de pesquisa, a mesma foi basicamente bibliográfica.

Para o tratamento do objeto de estudo será preciso compreender, em termos gerais, como ocorre a acumulação do capital no atual estágio de desenvolvimento capitalista (o capitalismo financeiro), relacionar a crise do sistema capitalista na década de 1970 com a atual forma de acumulação do capital e fazer uma análise teórica do (neo)liberalismo, para somente assim demarcar o neoliberalismo enquanto política econômica - nas reformas estruturais -, imposta pelos países desenvolvidos e organismos multilaterais como instrumento de uma lógica onde dinheiro rende dinheiro e ‘o financeiro’ ganha uma espécie de autonomia. E é no Consenso de Washington que se identifica o núcleo desse projeto a ser “proposto” para todos os países da periferia do sistema capitalista.

Optou-se por trabalhar o capitalismo em sua perspectiva histórica, de modo que as contribuições de Fernand BRAUDEL e Giovanni ARRIGHI se tornaram fundamentais, com base em seus ensinamentos fica possível situar o neoliberalismo e acumulação financeira do capital como historicamente datadas, construída, e não definitiva; na acumulação financeira valeu-se dos escritos do autor francês François CHESNAIS, que aplica os conceitos marxistas ao momento atual no tratamento da questão; para tratar do neoliberalismo as obras de Ana Cristina

LAURREL, Eric TOUSSAINT e João José NEGRÃO deram suporte para tratar sejam dos aspectos filosóficos sejam dos econômicos.

Esquemáticamente, para evidenciar o neoliberalismo como um instrumento da mundialização financeira, três etapas fizeram-se necessárias.

Num primeiro momento (Capítulo I), buscar-se-á *compreender em termos gerais o processo de construção* (ao longo dos últimos 20-30 anos da História) *de uma ordem econômica financeira e como ocorre a acumulação do capital nesse atual estágio de desenvolvimento capitalista*, isto com intuito de se entender o complicado momento histórico em que se vive; serão apontados, entre outras questões, evidências que comprovam como o atual processo de financeirização 1) é algo extremamente cruel, pois “desconecta” a produção de riquezas da esfera produtiva, em detrimento do fator trabalho; 2) apenas beneficia a elite econômica, capaz de compartilhar do circuito de investimentos financeiros de grande porte; 3) é datado historicamente e construído pela elite internacional, tendo a crítica à intervenção estatal um papel de fundamental importância, *aqui insere-se neoliberalismo* na construção dessa transformação.

Em segundo lugar (Capítulo II), entendido a ruptura entre os sistemas pré *versus* pós-Bretton Woods, e que *algo* favoreceu este movimento, elaborar-se-á uma *análise teórica do neoliberalismo*, pois ainda que a preocupação seja identificá-lo enquanto política econômica uma passagem por seus pressupostos filosóficos e sua gênese histórica são de grande valia. Entender que o mais correto é se falar de neoliberalismos, o porquê de que antes de 1970 não se dar ouvidos a seus pressupostos e importância da Sociedade de Mont-Pèlerin são questões centrais para se visualizar o que estava por detrás do “giro neoliberal”.

Para finalizar, (Capítulo III), identificar-se-á *as reformas estruturais – neoliberais – impostas pelos organismos multilaterais como meio para a liberalização dos mercados de capitais, pautando o Consenso de Washington como centro confluência das idéias neoliberais*. Para tanto, será discutido o que vem o ser o programa de ajuste estrutural, identificando suas fases, para com exemplos sedimentar a questão. É neste momento que ficará explícito o nexo causal existente entre as práticas do projeto neoliberal e a mundialização financeira.

Um estudo interdisciplinar entre Direito e Economia (ou mais especificamente de Economia Política) é uma grande ambição (e de certa forma pressuposto) dessa pesquisa. Fazer com que o jurista consiga enxergar, minimamente, o substrato no qual se apóia o Direito, à que ele serve, e assim traçar estratégias de emancipação para uma prática jurídica transformadora é um ideal a ser alcançado.

Capítulo I

Um regime de acumulação dominado pelas finanças

“O programa econômico do governo Reagan, bem como do governo que Thatcher realiza na Inglaterra, corporifica uma contra-revolução conservadora na teoria, na ideologia e na prática da política econômica. O propósito da contra-revolução é da reduzir a influência econômica do governo, especialmente do governo central, em relação à empresa privada e aos mercados livres”.

(James Tobin)

1.1) Mundialização financeira

Muito já foi, e ainda é, escrito acerca do debate sobre a Globalização. Em grande medida observa-se que muito do que se fala a respeito não tem outro objetivo senão demarcar tal “conceito” como um mito, algo contra o qual não se pode se opor, uma verdade absoluta, uma ideologia, com a intenção de garantir a “irreversibilidade” de um processo que ‘seria’ o agente da *modernização* do planeta, das relações em sociedade⁶.

Otávio IANNI, em sua obra de leitura obrigatória - *Teorias da Globalização* –, vai fazer o que ele próprio chama de “mapear” as principais teorias da globalização. Com tal cabedal teórico, passa-se a compreender as condições sob as quais se forma a “sociedade global” e, assim, que horizontes descortinam-se com a globalização hoje em curso – identificando uma tendência que ele denomina de ocidentalização do mundo.

⁶ Não é à toa que Milton SANTOS vai tratar do discurso oficial acerca da globalização como “pensamento único”. Vide in *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 17-18

Como também não é sem razão que Luiz Fernando VERÍSSIMO, acerca do autoritarismo e força do discurso oficial (neoliberal), denuncia: “Na recente reunião dos sete de ouro para tratar do custo social da nova ordem, os países mais ricos do mundo chegaram a uma conclusão sobre como combater o desemprego. Surpresa! Deve-se continuar enfatizando e receitando aos pobres austeridade fiscal sobre qualquer política de desenvolvimento e pedindo ao trabalhador que coopere, trocando a proteção social que tem pela possibilidade de mais empregos. Algo como continuar batendo no supercílio que já está sangrando. Chama-se isso não de crueldade ou chantagem, mas de flexibilização do mercado de trabalho. Podia se chamar de Maria Helena, não faria qualquer diferença – o neoliberalismo triunfante conquistou o direito de pôr os rótulos que quiser nos seus bíceps. Quem chama a volta ao capitalismo do século dezenove de “modernidade” e consegue vendê-lo merece o privilégio”. In *Jornal do Brasil*, setembro/96, coluna OPINIÃO, citado por Salete Maria MACCALÓZ. *Globalização e Flexibilização*. In: *Globalização, Neoliberalismo e Direitos Sociais*. MACCALÓZ, Salete Maria et al. Rio de Janeiro: Editora Destaque: 1997.

Com todo o rigor teórico, um mundo de fábulas e encantamento é desmascarado⁷. Metáforas utilizadas pelo discurso oficial da elite mundial, disseminado pelos *think tanks*, como as de “aldeia global”, “fábrica global”, “cidade global”, “*shopping center* global”, entre outros, são analisados e contraditados; desse processo de crítica é retirada a substância (o compromisso) das teorias que fundamentam a atual fase de expansão capitalista, e com isso verifica-se um mínimo de articulação nessa construção teórica que vem dando novos contornos ao mundo – sugerindo a existência de um robusto modelo científico a orientar tal expansão. Assim é que, embora desde o princípio o capitalismo tenha se revelado como um modo de produção internacional (sempre se expandindo: deslocando, dissolvendo, recriando ou inventando fronteiras) entrando decisivamente no desenho do mapa do mundo (“*criando nações e colônias, metrópoles e império, geoeconomias e geopolíticas, ocidentais e orientais*”)⁸, pode-se considerar o atual momento histórico, com todo esse aparato técnico e ideológico que o afirma, dotado de uma singularidade⁹ que o torna especialmente importante¹⁰.

E isso é dito, pois se nota que no processo de transformação do capitalismo atual em vista da sua financeirização, verdadeiramente, existe uma orientação pré-estabelecida a ser seguida, sendo as políticas neoliberais (no programa de ajuste estrutural) os grandes vetores dessa mudança – e aqui se adota a tese de que os EUA têm um papel central em ditar as regras na formatação da atual ordem econômica mundial¹¹.

⁷ “Vistas como emblemas da globalização, as metáforas desvendam traços fundamentais das configurações e movimentos da sociedade global. São faces de um objeto caleidoscópico, delineando fisionomias e movimentos do real, emblemas da sociedade global desafiando a reflexão e a imaginação”. In IANNI, Otávio. *Teorias da Globalização* 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 22.

⁸ IANNI. *op. cit.* p. 135-139. “... sendo toda essa dinâmica comandada pelo capital”.

⁹ ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. SADER, Emir, GENTILI, Pablo (org.). 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1995 p. 22. “Tudo o que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, *como o capitalismo jamais havia produzido no passado*. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo a sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado”. O grifo é nosso.

¹⁰ Nessa perspectiva IANNI vai defender, então, que na contemporaneidade o capitalismo, como modo de produção e “processo civilizatório” que é, cumpre seu destino, alcançando dimensões globais, oriundo das transformações quantitativas e qualitativas por que passou ao longo das últimas décadas do século XX (principalmente com o desmoronamento do comunismo realmente existente) – o que chama de ocidentalização do mundo. É claro que não vê nisso um determinismo, anuindo com a aclamada tese do fim da história. Apenas constata um fato, e a partir disso passa a teorizar a respeito. Vide IANNI. *op. cit.* Especialmente capítulos V e VIII.

¹¹ Para tanto vide os artigos da obra *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização – ganhadora do Prêmio Jabuti* – organizada por Maria da Conceição TAVARES e José Luis FIORI. 6. ed. Petrópolis: VOZES, 1998.

Não é o interesse aqui tratar da teoria da globalização, embora seja vital o entendimento do tema. Não confundir conceitos é, neste âmbito de discussão, evitar a confusão de se tratar pelo mesmo nome objetos distintos. Deve-se tomar cuidado com o conceito de globalização que se adota, sua extensão, seus atores participantes, objetivos, suas conseqüências etc. É importante que se tenha clareza que termos “globalização”, “aldeia global”, “mundial”, não são termos neutros, “eles invadiram o discurso político e econômico cotidiano, com tanto maior facilidade pelo fato de serem termos cheios de conotações (e por isso utilizados de forma conscientes para manipular o imaginário social e pesar nos debates políticos) e, ao mesmo tempo, vagos”¹².

Edmundo Lima de ARRUDA JR recomenda que se evite a “armadilha da identificação arbitrária e “irrecorrível” entre globalização e neoliberalismo”¹³. Essa contribuição é importante para esclarecer uma questão, que embora pareça simples terá grande implicação na definição do objeto de estudo; assim é que como se usará livremente o termo neoliberalismo, optou-se por se evitar o emprego indiscriminado do termo globalização¹⁴, haja vista que seu significado no senso comum, de pronto, já remete à idéia de internacionalização da economia com o rompimento das fronteiras nacionais (e outros mitos mencionados acima) – é neste sentido que Roberto CAMPOS vai defender que a globalização atual é a quarta na história que ocorre na História¹⁵. Foge-se, assim, da identificação do neoliberalismo com a globalização.

Não se quer defender que a globalização não exista, ou traçar juízo de valor definindo-a como ‘boa’ ou ‘má’. A questão é muito mais restrita. Maria da Conceição TAVARES¹⁶ vai dizer que é preciso não confundir o atual processo de desregulamentação dos mercados e

Bem como o artigo de Robert GUTMMAN na obra coletiva *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998, organizada por François CHESNAIS.

¹² CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã:1996. p. 24. “Como observam R. Barnet e J. Cavanagh são termos que teriam agradado à Rainha de Copas de Alice no país das maravilhas, pois cada qual pode empregá-los exatamente no sentido que lhe for conveniente, dar-lhes o conteúdo que quiser”.

¹³ ARRUDA JR, Edmundo Lima. Os caminhos da globalização: alienação e emancipação. In *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. ARRUDA JR, Edmundo Lima de; Ramos, Alexandre Luiz (org.) Curitiba: IBEJ, 1998. “Tal procedimento permite-nos vislumbrar alternativas superativas tanto da barbárie que tem caracterizado o “novo liberalismo”, como da própria ordem do mercado capitalista”.

¹⁴ Sobre o neoliberalismo, embora seja ele uma filosofia, um modelo político, uma verdadeira religião direcionada à crença e a fé viva que a liberdade deve ser o objeto primordial da sociedade, é como política econômica que procurar-se-á enquadrá-lo, tendo no Consenso de Washington a corporificação de suas principais premissas.

¹⁵ A começar com o Império Romano até o processo de globalização atual. Vide *O Globo*, Rio de Janeiro. 21 de set. 1997.

¹⁶ Citada por José Alberto Couto MACIEL. *Desempregado ou supérfluo: globalização*. São Paulo: LTr, 1998. p. 12-13. Sem o destaque no original.

financeirização mundial com a transnacionalização produtiva que ocorre há mais de cem anos no mundo. “A primeira onda acompanhou a divisão internacional do trabalho proposta pela Inglaterra e depois pela concorrência interestatal das grandes potências. A segunda foi promovida pela concorrência das grandes multinacionais sob o comando das empresas americanas, em particular no pós-guerra. A *globalização financeira é um fenômeno recente*, ocasionado pelas políticas de desregulamentação cambial e financeira impostas pelas políticas neoliberais emanadas das autoridades americanas”.

Rabah BENAKOUCHE, embora critique o fato de que, via de regra, as teorizações dos especialistas sobre a globalização a reduzam ao aspecto econômico¹⁷, não consegue negar (e para isso conta com o suporte de AGLIETA) a preponderância deste, uma vez que “a novidade do <<atual processo de acumulação capitalista>> reside na “desconexão” da esfera financeira com a esfera real da economia, da hipertrofia dos mercados financeiros em relação ao valor real da produção”.

E nessa peculiaridade, apontada por ambos os pensadores, define-se a questão. Fica claro que é o aspecto econômico (financeiro) dessa grande transformação, pela qual passa o mundo contemporâneo, que parece realmente apontar o caminho de toda uma gama de mudanças que vêm a reboque¹⁸, apontando que o capitalismo vive uma nova fase de seu desenvolvimento. Tal aspecto econômico (financeiro) é dotado de certas características, como a importância crescente das multinacionais na definição das políticas estatais, e assim a relativização do poder do Estado Nacional; mudança de enfoque na gestão dessas grandes empresas, cada vez mais voltadas à questão financeira; grande volume de ativos fictícios em circulação, comprovando a citada “desconexão” entre seu valor corrente de um ativo (que pode ser uma divisa ou uma ação em bolsa) e seu valor fundamental (isto é, valor da produção). Só para se ter uma idéia: nas transações internacionais, os fluxos financeiros em valor são 50 vezes maiores do que os fluxos de mercadorias, bens e serviços, sobre 1,5 trilhão em 1995 (contra 1 trilhão em 1992) de valores transacionados diariamente no mercado de câmbio, apenas 3% dizem respeito às transações comerciais¹⁹.

É na definição deste fenômeno que tem no domínio da esfera financeira sua marca principal que se demarca o momento histórico específico que se pretende estudar. E por ser algo

¹⁷ Pois sabe “que globalização é muito mais do que isso, ela representa uma mudança social mundial”. Na Introdução da obra *Globalização, neoliberalismo e ...* organizada por ARRUDA JR e RAMOS. p. 8-9

¹⁸ Verdadeiro projeto civilizatório.

recente demais (iniciado na década de 1970 com o rompimento dos Acordos de Bretton Woods), rejeita-se o termo globalização de uso comum.

Dessa forma, prefere-se a utilização da tradição francesa em utilizar o termo *mundialização*²⁰ invés do tradicional *globalização*²¹; isso para que fique melhor demarcado o “fenômeno” que se pretende tratar: *o processo de financeirização da economia*, motor da mundialização do capital que hoje se observa. Falar da mundialização financeira é tratar de um modo específico do capitalismo mundial, com muitas variáveis inéditas em seu desenvolvimento, como a quase que total liberdade de movimentação do capital fictício²². Eric TOUSSAINT defende que o emprego de tal termo é interessante, pois vem a traduzir enfaticamente que “de fato houve uma passagem no quadro do estágio imperialista a uma fase fortemente diferenciada da que predominou entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1980”, possibilitando que o regime de acumulação mundial fosse dado em benefício à dominante financeira²³.

E se é a gênese do poder financeiro que chama a atenção, nem mesmo o emprego da expressão *globalização econômica* vai dar conta do objeto de estudo, por ser ainda demasiadamente ampla. Denomina-se então *mundialização financeira*²⁴ (pois intimamente ligada

¹⁹ Fonte, Rabah BENAKOUCHE. *op. cit.* p. 10-11.

²⁰ CHESNAIS em nota de rodapé vai explicar: “Lembremos que a expressão “mundialização do capital” é a que mais exatamente corresponde ao que é encoberto pelo termo de origem inglesa “globalização” (Chesnais, 1994). Tratando-se da produção e comercialização de mercados materiais e imateriais (os “bens e serviços”), o termo *globalização* traduz a capacidade estratégica do grande grupo oligopolista em adotar abordagem e conduta “globais”, relativas, simultaneamente, aos mercados de demanda solúvel, às fontes de aprovisionamento, à localização da produção industrial e às estratégias dos principais concorrentes. O mesmo vale, na esfera financeira, para as operações que os investidores financeiros efetuam e para a composição de suas carteiras de ativos (divisas, bônus, ações e derivativos), bem como para as decisões que tomam, seja em matéria de “arbitragem” entre diversos instrumentos financeiros ou compartimentos dos mercados, seja na escolha dos países cuja moeda compraram ou cujos títulos detêm”. In *A mundialização financeira...* p. 12-13.

²¹ “O termo de origem francesa “mundialização” (mondialization) encontrou dificuldades para se impor, não apenas em organização internacionais, mesmo que supostamente bilingües, como a OCDE, mas também no discurso econômico e político francês. Isso se deve, claro, ao fato de que o inglês é o veículo lingüístico por excelência do capitalismo e que os altos executivos dos grupos franceses estão entupidos dos conceitos e do vocabulário em voga nas *business schools*. Mas também, com certeza, ao fato de que o termo “mundialização” tem o defeito de diminuir, pelo menos um pouco, a falta de nitidez conceitual dos termos “global” e “globalização”. In CHESNAIS. *A mundialização do capital*, p. 24

²² Segundo Robert GUTTMANN, capital fictício é uma “forma de capital que dá origem a rendimentos financeiros (juros sobre empréstimos e aplicações, mais-valia sobre vendas e títulos, comissões, taxas de descontos etc), graças à negociação especulativa de ativos em papel”, no artigo *As mutações do capital financeiro* na obra citada *A mundialização financeira*, p. 62.

²³ TOUSSAINT, Eric. *A bolsa ou a vida*. São Paulo: Edição Perseu Abramo, 2001. p. 378

com as reformas estruturais) o evento histórico-econômico que serve de palco para o estudo aqui proposto²⁵ - que será estudado nos próximos itens.

Realmente, não se pode afirmar que neoliberalismo²⁶ seja sinônimo de globalização, ou mais especificamente *mundialização financeira*. Na verdade, considera-se que aquele é instrumento desta - uma abordagem histórica e teórica desses conceitos facilitará o entendimento.

1.2) Criação de uma nova ordem

Hans-Peter MARTIN²⁷ ensina que a ideologia dominante, apregoando que a globalização seria de fato algo irreversível, quer fazer crer que tudo não passa de um processo natural, resultante de um progresso técnico e econômico impossível de se deter. A isso, ele responde que não passa de uma:

“Bobagem. A interdependência econômica de forma alguma é fenômeno natural, mas sim provocado por uma política deliberada, consciente de suas metas. Cada acordo, cada lei, foi aprovado por governos e seus parlamentos, cujas deliberações removeram as barreiras alfandegárias, permitindo o livre trânsito de capital e mercadorias, por cima das fronteiras nacionais. Da liberação do comércio de divisas, dentro do mercado interno europeu, até a expansão contínua de acordos com o Gatt, sobre tarifas e comércio internacional, os políticos dos países industrializados do Ocidente sistematicamente criaram condições com as quais não sabem lidar”.

A história somente comprova esse fato.

²⁴ A expressão é de CHESNAIS. A mundialização financeira... p. 12. “A expressão “mundialização financeira” designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados”.

²⁵ MACIEL escreve que “Para José Affonso Dallegrave Neto, a ideologia da globalização visa perpetuar o sistema capitalista em sua acepção ortodoxa, unificando os mercados mundiais sob a articulação das empresas mundiais, sendo ela resultado da articulação de três movimentos simultâneos: a) *financeirização da economia*; b) blocos regionais e c) reestruturação produtiva (“O Estado Neoliberal e seu impacto sócio-jurídico, p. 103)”. (grifo nosso). É o evento em destaque que nos interessa. In MACIEL, *op. cit.* p. 12.

²⁶ Ressaltamos que os termos neoliberalismo, doutrina neoliberal, novo liberalismo, projeto neoliberal etc serão utilizados sem maiores rigores como sinônimos, demarcado que ficou nosso interesse em defini-los como política econômica amplamente posta em prática desde o início da década de 1980.

²⁷ MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. *A armadilha da globalização* (trad. Waldtraut U. E. Rose e Clara C. W. Sackiewicz). 6. ed. São Paulo: Globo, 1999. p. 17 A integração global é acompanhada da ascensão de uma doutrina redentora da economia, que um exército de consultores econômicos constantemente leva à política : o neoliberalismo. Simplificando, eis sua tese básica: o mercado é bom e interferências do Estado são ruins”.

É na esteira da produção da grande virada introduzida no sistema monetário e financeiro do segundo pós-guerra que se passa a relacionar o papel do neoliberalismo, possibilitando a desconexão entre a esfera financeira e a esfera da economia real (constituída pela produção, crescimento, emprego, etc). Em meados do século XX criava-se uma nova ordem econômica mundial, no seu final dá-se origem a uma outra.

Em 1944, no final da Segunda Guerra Mundial, o então presidente dos EUA Franklin ROOSEVELT decidiu propor uma nova ordem econômica mundial. O objetivo central era evitar a volta da Grande Depressão, que devastara a economia daquele país – crise esta que causou graves conseqüências no comércio mundial, pois países com altas proporções de comércio em relação ao PIB, como a Inglaterra e Alemanha, sofreram perdas devastadoras de aproximadamente 40% em seu comércio exterior. Reunidos em Bretton Woods, na cidade de New Hampshire, EUA, os países aliados reuniram-se para iniciarem uma nova política monetária e comercial internacionais, de modo que os “excessos” do liberalismo econômico passariam a ser coibidos. Dessa maneira estabeleceu-se uma série de regras que ficaram conhecidas como Acordos (Sistema) de Bretton Woods²⁸, que estabelecia a base intelectual e institucional de um novo sistema monetário.

Das determinações trazidas por esse sistema, importa ressaltar para o estudo aqui proposto: a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Internacional de Desenvolvimento (BIRD)²⁹, proibição de desvalorizações monetárias competitivas e o estabelecimento da paridade cambial fixa entre as principais moedas ocidentais e o ouro.

Destacar tais pontos é importante para o estudo das políticas neoliberais como instrumento da mundialização financeira, pois observar-se-á que são exatamente as instituições como o FMI e Banco Mundial que implementarão o *programa de ajuste estrutural*, que tem como premissa principal a “otimização” da economia pelas livres leis do mercado – oposto, por exemplo, à fixação de taxas de câmbio³⁰ e outras medidas regulacionistas no âmbito financeiro

²⁸ Sobre a situação do pós-guerra e os Acordos de Bretton Woods consultar V. VÖLKER, Paul e GYOTHEN, Toyoo. *A nova ordem econômica* (trad. Viviane Castanho e Vânia Conde). Porto Alegre: Ortiz, 1993.

Atentar para dois fatos: 1) que embora represente a aceitação da racionalidade de um Estado interventor na economia, tal iniciativa não passava de um esforço para dar novo impulso ao modo de produção capitalista e 2) o fato de que as instituições aí criadas foram organizadas de maneira bem diferente do que defendia Keynes, por ir de encontro aos interesses das grandes nações, notadamente EUA e Inglaterra; principalmente no que diz respeito à autonomia e raio de ação de organismos internacionais FMI e Banco Mundial.

²⁹ Que juntamente com o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT – sigla no inglês) formavam as “Instituições de Bretton Woods”.

dispostas pelos Acordos de Bretton Woods. Não se pode negar que sob sistema GATT-Bretton Woods, embora o comércio fosse amplamente liberado, os movimentos de capitais eram controlados. Reestruturada pela *Pax Americana*, na economia internacional o objetivo das taxas de câmbio semi-fixas eram exatamente o de garantir uma estabilidade e, portanto, dar certeza às expectativas dos agentes econômicos, promovendo assim crescimento. Apesar de garantir um comércio internacional aberto o sistema não era livre de restrições.

É quase consenso, e nem mesmo autores liberais o consegue negar, que não foi outra coisa, senão essa conjuntura de intervenção do Estado no domínio econômico, iniciada neste período do Pós II Guerra, que possibilitou a Era de Ouro do Capitalismo. E assim foi que, durante todo esse período de 1945 a 1971, ao contrário das premissas do *laissez faire*, o que direcionou a política econômica das nações desenvolvidas foi o modelo do *New Deal*.

Ainda que construído sob a hegemonia norte americana e atendendo a seus objetivos, HOBSEBAWN aponta esse período como a Era de Ouro de Capitalismo, os Trintas Anos Gloriosos, no qual desde a fim da Segunda Grande Guerra até o rompimento unilateral do Sistema Bretton Woods pelo presidente Richard NIXON em 1971 - com a Crise do *Welfare State* -, não são comparáveis na História os índices de crescimento econômicos das potências capitalistas, avanços sociais etc: mundialmente aumentava o índice de longevidade, a produção de alimentos crescia em ritmo mais acelerado que a população, a economia mundial crescia numa taxa explosiva, o turismo e a produção de manufaturados cresciam, o preço do petróleo era demasiadamente barato³¹. Apesar da Era de Ouro pertencer essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, deve se defender que foi um fenômeno mundial. Todos os problemas que perseguiam o capitalismo desde a catástrofe da Grande Depressão pareceram dissolver-se e desaparecer; de modo que a “Era de Ouro do capitalismo teria sido impossível sem esse consenso de que a economia privada (...) precisava ser salva de si mesmo para sobreviver”³². Principalmente agora que se vive as “Décadas de Crise”, ao olhar para o passado recente começa-

³⁰ Define-se regime cambial como um determinado “conjunto de regras e convenções que regem as relações entre as moedas de diferentes países. Não se trata de uma “ordem” ou “sistema” monetário internacional (...) todos os regimes de cambiais existentes são caracterizados pelas relações entre as moedas dominantes do período”. In Suzanne de BRUNHOFF, no artigo A instabilidade financeira internacional. In: *A mundialização financeira*. p. 35.

³¹ HOBSEBAWN, Eric. *op. cit.* p.253-282.

³² HOBSEBAWN. *op. cit.* p. 268. “O terrível e inevitável ciclo de prosperidade e depressão, tão fatal entre as guerras, tornou-se uma sucessão de brandas flutuações, graças a – era o que pensavam os economistas keynesianos que agora assessoravam os governos – sua inteligente administração macroeconômica” (na p. 262). E ainda: “O capitalismo do pós-guerra foi inquestionavelmente, como assinala a citação de Crosland, um sistema “reformado a ponto de ficar

se (é o que fazem “sobretudo os economistas”) a perceber que o mundo, e em particular o mundo do capitalismo desenvolvido, passou por uma fase excepcional em sua história; “talvez uma fase única”.

Por mais de vinte anos tal sistema monetário cumpriu seus propósitos, até o momento em que os constantes déficits orçamentários da nação mais poderosa do globo passaram a causar problemas para si, no mesmo momento que outros dirigentes mundiais (destacando-se aqui a figura do chefe na nação francesa à época) passaram a duvidar do lastro em ouro da imensa dívida³³. Sendo assim, os EUA, a partir de 1971, unilateralmente, suspenderam a conversibilidade do dólar em ouro e “a conversão entre as moedas passou a ser orientada por uma moeda nacional – o dólar – que não tinha mais referência com o valor do ouro”, determinando uma taxa de câmbio flutuante, na espreita da Crise do Petróleo³⁴.

Caía assim a ordem econômica mundial que garantia um mínimo de dignidade a um sistema pautado na exploração³⁵³⁶. E “isso mostra que os princípios econômicos que regulam a economia internacional são aplicados apenas enquanto são aceitos pelo país hegemônico e desde que atendam aos seus interesses”³⁷.

Com o fim dos Acordos de Bretton Woods dava-se início a uma nova ordem econômica, iniciava-se o processo de favorecimento do capital financeiro – analogia que muitos economistas heterodoxos vão fazer com o mito da “caixa de pandora”³⁸. Os Estados Unidos querendo

irreconhecível”, ou nas palavras do primeiro-ministro britânico Harold Macmillian, uma “nova” versão do velho sistema”. p. 265

³³ Rabah BENAKOUCHE sobre isso escreve: “Os acordos de Bretton Woods permitiram à economia com altas taxas de crescimento econômico no período 1945-70, tendo os Estados Unidos como carro chefe. Pelo menos até 15 de agosto de 1971 quando o Presidente Nixon decidiu, unilateralmente, suprimir a convertibilidade do dólar, devido a insistência dos franceses que queriam trocar os seus papéis-dólares pelo ouro americano. Significa dizer que os Estados Unidos resolveram não mais cumprir uma das principais cláusulas contratuais de Bretton Woods”. *op. cit.* p. 13

³⁴ SILVA, César Augusto Silva da. *O direito econômico na perspectiva da globalização*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p. 34

³⁵ Lembre-se que tal “domesticação do capitalismo” não representava um bem supérfluo, e sim a resposta aos graves conflitos sociais e à decadência da democracia na Europa dos anos 20. E que nunca foi uma proposta anticapitalista, e sim um ajuste necessário para a sobrevivência deste – influência dos estudos de John Maynard KEYNES (*The general theory of unemployment, interest and money*. Londres: Macmillan, 1936).

³⁶ STRECK, citando Boaventura Souza SANTOS, sobre esta questão escreve que “o chamado de Estado Providência ou Social, foi a instituição política inventada nas sociedades capitalistas para compatibilizar as promessas da Modernidade com o desenvolvimento capitalista”. *op. cit.* p. 22. Com grifo no original.

³⁷ BENAKOUCHE. *op. cit.* p.13

financiar sua dívida, passam a lançar no mercado internacional títulos de sua dívida pública (ao invés de emitir moeda) – fato extremamente comum na atualidade para que os governos consigam garantir recursos para o orçamento – é a securitização³⁹. Com isso, houve imediata elevação das taxas de juros, e países que tinham uma balança de pagamento favorável em relação aos *yankes* (Alemanha e Japão) se viram impelidos a comprar esses títulos e a se tornarem supridores dos fundos internacionais em função do excedente anteriormente criado. A partir daí, fundamentado pelas taxas de câmbio flutuantes, cria-se o volume necessário para a formação e consolidação do sistema de mercado financeiro mundial, de uma nova ordem econômica a substituir àquela estabelecida em 1944, com a diminuição das possibilidades de intervenção dos governos nacionais em salvaguardar os interesses nacionais, fazendo girar a roda da história.

A decisão de NIXON impôs uma nova ordem monetária internacional cuja “etiqueta” é o reinado do dólar e a financeirização como padrão sistêmico de acumulação de riquezas. Com a venda de seus títulos do tesouro nos mercados excedentários os Estados Unidos não se endividam, mas apenas vendem títulos⁴⁰. O interessante nesse mecanismo (interessante àqueles que podem fazer parte desse jogo) é que tais ativos rendem juros, e a grande sacada é que sendo o Estado o organismo emissor (e todos os investidores sabem que “o Estado nunca falirá”) sempre haverá possibilidade de emitir papel moeda para pagá-los; ainda que tal esquema só valha para os

³⁸ “A especulação financeira, que representa o tipo de investimento básico de recente aumento explosivo do capital fictício, envolve a compra e venda de títulos, a fim de *extrair mais-valias decorrentes da diferença entre o preço de venda e compra*. Essa atividade está baseada numa grande variedade de serviços financeiros, proporcionando comissões e direitos para quem fornece esses serviços (bancos mercantis, corretoras e companhias de investimento coletivo”. A definição é dado por GUTTMANN. *op. cit.* p.82 e o grifo é nosso.

³⁹ BRAGA, em nota de rodapé, vai definir securitização como: “em sentido amplo, o processo pelo qual empresas produtivas, bancos, demais empresas financeiras, e governos emitem títulos de dívida, com inúmeras finalidades, envolvendo e interligando, desta forma, os chamados mercados creditícios, de capitais, de derivativos (*swaps*, opções e futuro). Ela é uma modalidade financeira que torna os títulos negociáveis, flexibiliza prazos e taxas de rendimento, adaptável a múltiplos agentes, funcional à administração de riscos, substituta dos empréstimos bancários e, ao mesmo tempo, propícias aos bancos na captação de fundos. Como tal, é peça-chave do padrão de riqueza em questão <<a financeirização>>, disseminando-se na operações nacionais e transnacionais, nos regimes monetário-financeiro e cambial”. *op. cit.* p. 198.

⁴⁰ Isso é a chamada securitização. “A “securitização” da dívida pública provocou a explosão da dívida federal americana, cujo montante cresceu de forma ainda mais rápida que nas décadas anteriores. Apesar de todas as proclamações reaganianas sobre a ortodoxia monetária e orçamentária, a recuperação da economia armamentista e o financiamento do imenso programa “Guerra nas Estrelas” foram feitos com o crescimento da dívida federal. Lembremos que a dívida federal do Estado americano era de 322 bilhões de dólares em 1970, 906 bilhões de dólares em 1980, 4.061 bilhões de dólares em 1992. Em relação ao orçamento federal, o serviço da dívida passou de 12,7% em 1980 para 20,1% em 1990”. CHESNAIS. *A mundialização financeira...* p. 27. O que contradiz de certa forma a base da teoria monetarista, tão cara ao ajuste neoliberal (sobre o monetarismo vide *infra*).

EUA uma vez que a sua moeda nacional - o dólar – é o referencial internacional, e desta forma pagam, em última instância o capital e os juros dos investidores com o próprio papel moeda⁴¹.

Nota-se que democracia, igualdade e Justiça é algo que passa longe das relações internacionais entre os mais diversos países. Num esquema que mais se assemelha e uma plutocracia as regras são postas, e as aceita quem tem juízo.

Para concluir este item resta ressaltar que não se pode aceitar todo esse processo como uma fatalidade econômica; seria ingenuidade projetar as tendências atuais de abertura e domínio dos mercados como se fossem inevitáveis ou irreversíveis. O que vários autores sustentam é que tal integração econômica (que troca empregos e crescimento por inflação baixa), que intenta homogeneizar o mundo, de modo algum obedece a uma lei natural ou a um desenvolvimento linear, sem saída nem alternativa⁴². *E, muito pelo contrário, é o resultado de uma política governamental consciente e praticada por décadas, na qual perseveram os países industrializados ocidentais*⁴³. Nesse sentido, vale o ensinamento de CHESNAIS, que na introdução à análise de todo o complexo encadeamento de fatos políticos e econômicos na gênese da mundialização financeira, vai dizer que “declarar que seriam “irreversíveis” a hipertrofia financeira e todo o seu séquito de desgraças, é cair num molde muito suspeito de determinismo histórico (...) Por volta de 1913, o grau de mundialização financeira alcançada (...) parecia um fato “irreversível” (...) No entanto, (...) surgiu um sistema administrado de finanças, no qual as atividades bancárias e financeiras passaram a ser estreitamente vigiadas pelo governo”⁴⁴. Vive-se hoje a (re)inserção dos ideais liberais nos mais variados âmbitos das relações sociais, mas num contexto diferenciado daquele do século XIX. No tocante ao futuro da economia (do próprio Estado, e por isso do próprio ser humano) fica difícil avaliar até onde isso vai chegar, embora algumas conseqüências já se possam observar: instabilidade monetária permanente;

⁴¹ BENAKOUCHE. *op. Cit.* p. 13-14. “Por isso <<os Estados Unidos>> não precisam se endividar para pagar sua dívida externa; ao contrário, mais endividados eles são, mais conseguem arrecadar recursos da poupança externa, emitindo títulos públicos no mercado internacional. Sendo assim, os EUA não têm dívida externa, mas sim uma quase-dívida que é paga com outros papéis que são, em última instância, dólares (...) os investidores não podem parar de jogar porque o jogo é compulsório e porque não há outro jogo”.

⁴² Como Hans-Peter MARTIN, Milton SANTOS e François CHESNAIS em seus livros citados – só para citar alguns.

⁴³ MARTIN, *op. cit.* p. 147

⁴⁴ CHESNAIS, François (coord). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 32
MARTIN, *op. cit.* p. 300, concorda com isso, dizendo que “não é descartável a possibilidade de que o proverbial pragmatismo americano repudie as doutrinas dos radicais do mercado com a mesma rapidez com que as transformou em dogma em 1980”.

transformação do mercado de câmbio em mercado especulativo, onde os capitais financeiros procuram obter lucros financeiros, mantendo o maior grau de liquidez possível; ausência de moeda internacional, a não ser o dólar; corte no orçamento para políticas públicas em nome do equilíbrio e da austeridade fiscal e transferência de parcela significativa do produto nacional para o pagamento da dívida pública⁴⁵.

Para a saída dessa encruzilhada, vários pensadores são unânimes em advogar como condição de possibilidade para a construção de uma sociedade mais justa a defesa do restabelecimento da capacidade de agir do Estado, enfim, do primado da política sobre a economia, recuperando da “política” o sentido mais positivo de seu termo.

Com o fim da Era de Ouro entrava-se numa nova etapa do desenvolvimento capitalista na determinação de um outro padrão de acumulação; é a dinâmica dessa “nova ordem”, levada a cabo pela doutrina neoliberal, que agora se passa em revista.

1. 3) A mundialização financeira: financeirização como novo padrão da acumulação do capital

Tudo o que foi exposto até aqui teve o intuito de demarcar algumas questões, como dar um quadro geral da situação mundial no II Pós Guerra, delimitando os Acordos de Bretton Woods como a base econômico-financeira que iria garantir todo um período de estabilidade ao sistema capitalista; fixar certas características desse sistema, descaradamente regulacionista; datar historicamente o momento em que há uma virada no modo de acumulação capitalista (em 1971 com o rompimento dos Acordos de Bretton Woods), com a crise do *Welfare State*; dar alguns indicativos da problemática que a ordem financeira traz. Alguns desses pontos serão a partir de agora melhor trabalhados, principalmente o último, já que é o entendimento da mundialização financeira que possibilita avaliar as consequências trazidas pela implementação dos mecanismos liberados pela caixa de pandora.

Como visto, a expressão “mundialização financeira” designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados.

⁴⁵ CHESNAIS, *A mundialização financeira*, p. 19

O fio condutor na argumentação aqui desenvolvida, uma vez conhecido o substrato da ordem econômica do pós-guerra, é demonstrar a radicalidade da mudança nas relações de acumulação do capital no decorrer dos últimos 20-30 anos da História, evidenciando que um verdadeiro abismo foi criado (até porque construído sistematicamente) entre os dois momentos históricos no âmbito econômico-financeiro, para depois questionar se existe algo que interliga os dois extremos: o neoliberalismo⁴⁶.

É hora de passar a compreender, de maneira um pouco mais aprofundada, como se processa a economia no âmbito do universo financeiro, bem como as etapas pela qual a liberalização do mercado passou para permitir a reprodução do capital em sua forma “mais fetichizada”⁴⁷ do dinheiro produzindo dinheiro, em detrimento da “economia real”, ou seja, da desvalorização das relações de produção, enfim, da desvalorização do fator trabalho.

Suzanne de BRUNHOFF⁴⁸ salienta que é no início dos anos 80 que se assinala o retorno do liberalismo, de modo que velhos dogmas voltavam ao primeiro plano da ideologia econômica retomando o prestígio que outrora tiveram. Deixavam-se de lado toda a tradição keynesiana para ter no livre mercado o único, e maior, mecanismo eficiente de regulação. Assim foi que, sobre as bases das políticas de liberalização e desregulamentação, iniciado no centro do sistema capitalista, para logo em seguida ser difundido para o resto do mundo, (re)instalava-se⁴⁹ as condições para que o capital financeiro passasse a produzir seus fartos frutos, valorizando-se pelo viés das aplicações financeiras em bônus e ações, criação de moedas eletrônicas, empréstimos, securitização, derivativos e mais uma infinidade de instrumentos financeiros que a todo o momento são criados – uma realidade que desde as duas primeiras décadas do século XX não se observava (e que com tal intensidade a humanidade nunca viu noticiada).

A questão é grave. E o alarme é dado pelo gênio de Milton SANTOS:

⁴⁶ Que autores como Maria da Conceição TAVARES e José Luis FIORI vão chamar de contra-revolução conservadora. Vide obra *(Dez)ajuste global e a modernização conservadora*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1993.

⁴⁷ A expressão é MARX, embora por nós seja trabalhado nos escritos de Suzanne de BRUNHOFF. Vide *infra*.

⁴⁸ BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado: crítica do liberalismo* (trad. de Álvaro Lorencini). São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

⁴⁹ Celso FURTADO, no prefácio de *Poder e dinheiro* (Maria da Conceição Tavares e José Luis Fiori (Coord.)). Rio de Janeiro: Ed Vozes, 1997) vai sustentar que “o processo atual de globalização a que assistimos desarticula a ação sincrônica das forças que asseguram o dinamismo das sistemas econômicos nacionais (...) Retornamos, assim, ao modelo do capitalismo original”. Aqui defendemos a tese de que o neoliberalismo é pedra angular neste processo de globalização aludido pelo eminente pensador brasileiro.

A internacionalização do capital financeiro amplia-se, recentemente, por várias razões. Na fase histórica atual as megafirmas devem, obrigatoriamente, preocupar-se com o uso financeiro do dinheiro que obtêm (...) A aceitação <<desse modelo econômico que ora se trata>> implica a aceitação da lógica desse dinheiro. Nas condições atuais da economia internacional, o financeiro ganha uma espécie de autonomia. Por isso, a relação entre a finança e a produção, entre o que se chama de economia real e o mundo da finança, dá lugar àquilo que Marx chamava loucura especulativa, fundada no papel do dinheiro em estado puro⁵⁰.

Assim, com o dinheiro a se tornar o centro do mundo, a consequência seria a “monetização da vida cotidiana” numa sistemática onde dinheiro – como simplesmente dinheiro – tem seu fetichismo cada vez mais recriado pela ideologia. E afora esta questão de cunho de cunho sociológico, ou até psicológico (uma vez que é a ‘confusão dos espíritos’ que essa conjuntura traz), importa ressaltar outras consequências negativas de todo esse processo de financeirização, que é o fato da criação de um sistema onde o desemprego e violência se tornam estruturais. É que o atual regime de acumulação capitalista repousa exatamente sobre o agravamento da relação salarial, obtido pela liberalização dos investimentos e do comércio exterior – mas, ainda que a esfera financeira tenha ganhando uma importância além da esfera produtiva, sua autonomia em relação a esta é apenas relativa.

Na tradição marxista, apenas com o efeito de ilustrar melhor o tema concernente à acumulação do capital em sua forma financeira, tem-se o seguinte, na formulação chamada de “circuito do capital”⁵¹: $A^* - A - M \dots P \dots M' - A' - A^*$

Diferentemente do circuito “tradicional”, onde prevalece a figura do capital produtivo, tem a presença da “quantia emprestada” (A^*) no início da cadeia e o reembolso do principal e o juro por ela paga (A^*) ao final – lucro a ser embolsado pelo prestador, cuja função no processo é apenas este de emprestar o dinheiro e colher os frutos dessa atividade. Enquanto num circuito no qual os recursos (mão de obra, instalações industriais, equipamentos etc) são investidos para que se produzam bens ou serviços, para que sejam vendidos com lucros (investimento produtivo), o capital é chamado de *industrial*, onde o circuito tem por base o crédito, em oposição à produção e aos ativos criativos, a denominação empregada ao capital é de *financeiro*. Note que o lucro gerado ao prestador ou aos donos dos meios de produção (o capitalista industrial) continua a ter como fonte a mais-valia retirada do trabalhador assalariado na produção da mercadoria; é, então, na esfera produtiva que se cria a riqueza a ser acumulada

⁵⁰ SANTOS. *op. cit.* p. 43-44

⁵¹ Conferir Suzanne de BRUNHOFF. *A hora do mercado...* p. 152 e ss.

pelos “capitalistas”, mesmo nas operações financeiras⁵². Ainda que cada classe de capitalistas seja proprietária dos meios de produção (e aí se insere também o capital-dinheiro), há uma diferenciação entre as suas funções exercidas, de modo que “o capitalista industrial que toma emprestado deve pagar um juro como preço do capital-dinheiro emprestado pelo capitalista financeiro, o que afeta o nível do seu lucro empresarial”⁵³. É nisso que a balança começa a pesar para o capitalista financeiro, pois se é nos juros que se mede o ganho de um e perda de outro, e o juro a pagar é mais ou menos elevado conforme a relação de força entre tomadores e emprestadores, fica evidente o desequilíbrio na relação⁵⁴.

Se o processo de acumulação fosse dado numa forma ideal, na qual “apenas existissem capitalistas industriais, capazes de autofinanciar-se, o empréstimo de capital-dinheiro não existiria, nem os juros a pagar aos capitalistas financeiros”, ficaria clara a legitimidade em se taxar os proprietários do dinheiro de capitalistas “improdutivos”.

“A forma dinheiro do capital, A, abre e fecha o circuito capitalista $A - M - A'$, de tal modo que é possível considerá-la em si mesma, deixando de lado não apenas a forma mercadoria (meios de produção, produtos), mas o processo de produção inteiro. $A - A'$: dinheiro gerando dinheiro assim como a pereira produz pêras, diz Marx, a propósito do capital de empréstimo (financeiro). Com a forma mercadoria do capital e o processo de produção desaparecem o salariado e o lucro empresarial. “O juro aparece como o produto verdadeiro e característico do capital”. É por isso que, segundo Marx, o capital portador de juro é “a forma mais fetichizada da relação capitalista”⁵⁵.

Essa remição ao pensamento marxista com o intuito de taxar o capital financeiro como a forma mais fetichizada da relação capitalista, ainda que seja pano de fundo na argumentação aqui traçada, é necessária, pois demonstra bem o quão alarmante é todo esse processo de acumulação

⁵² E nem mesmo a categoria do capital fictício vem a acabar com esse argumento, ainda que o relativize dele não escapa, haja vista as grandes crises geradas pelo capital fictício quando há necessidade de comprovação de sua existência.

Mais a respeito vide infra item 2.3.2

⁵³ BRUNHOFF. *A hora...* p. 153

⁵⁴ Idem. “A abstração que consiste em apresentar isoladamente os dois capitalistas, o industrial e o financeiro, permite definir a natureza do juro como parte do lucro; ela deve em seguida ceder lugar ao estudo do que se poderia chamar, P. Grou, “o mercado financeiro dos signos de valor do capital”, onde se forma o montante da taxa de juros”. “... Se se mantém a distinção entre capitalista industrial e financeiro é que porque ela está enraizada na diferença de formas entre capital-dinheiro e capital-mercadoria. Da mesma maneira que não há mercadoria sem moeda, não há capital produtivo sem capital-dinheiro, nem capital industrial sem capital financeiro”.

⁵⁵ In BRUNHOFF. *A hora...* p. 155. Embora o que foi exposto nos traga um suporte inigualável para se firmar um conteúdo ético contra a exploração do trabalho no sistema capitalista, o que levado às últimas consequências pode-se estender à mundialização financeira (que potencializa ao máximo essa contradição), isso aqui não é objeto de estudo.

de capital que hoje se desenha. Com a preferência pelo circuito A – A' é o que se convencionou chamar “mundo do trabalho” que sofre as drásticas conseqüências, uma vez que na produção das riquezas o fator trabalho insiste em ser relegado a segundo plano⁵⁶. Compreender que essa estrutura foi (e *como* foi) construída é o próximo passo a ser dado. Para tanto, utilizou-se a análise de François CHESNAIS⁵⁷.

Esse autor vai propor uma “periodização geral”, num processo de evolução contínua, que possibilitou a mundialização financeira (vide anexo 1). Três grandes fases seriam apontadas: a primeira datada do período de 1960-1979 (denominada de ‘etapa de internacionalização financeira indireta’), a segunda de vai de 1980 a 1985 (‘etapa da desregulamentação e liberalização financeira’) e a derradeira que vai de 1986-1995 (‘etapa da incorporação dos mercados emergentes’).

Em linhas gerais, repassando as medidas mais destacadas de cada etapa, o processo de maturação da financeirização da economia aconteceu mais ou menos assim: ainda na década de 1960, mesmo durante a vigência do Sistema de Bretton Woods, existia um circuito monetário e financeiro compartimentado, embora a internacionalização financeira fosse ainda muito limitada. Tal circuito existia graças ao desvio do mercado de eurodólares, que se formou de modo paralelo aos sistemas financeiros nacionais. Com sua base central na City (a bolsa de valores inglesa), ficava patente que a autoridades financeiras britânicas não só disso tinham conhecimento como com isso anuíam. Estava criado o ambiente para a volta dos ataques especulativos, comprovado quando no fim dos anos sessenta houve os ataques cambiais à libra esterlina e ao dólar “supervalorizado” – era o prenúncio do fim do regime do câmbio fixo. “Esses elementos, como um todo, marcam o fim da longa fase de acumulação ininterrupta dos “trinta anos gloriosos”, o momento em que amadurecem as contradições nascidas durante essa fase”⁵⁸. O próximo passo foi

Fica, contudo, a indicação para leitura da obra de Karl MARX (sobretudo *O Capital*) ou seus comentadores como Avelãs NUNES, na obra *Introdução à história do pensamento econômico*. Coimbra: SASUC, 2000.

⁵⁶ E as repercussões disso são várias: o mercado de trabalho se apresenta limitado, precário e excluyente; aumenta a massa de desempregados; cresce o número de miseráveis, enquanto os mais ricos aumentam seus rendimentos; a violência acompanha essa dinâmica, numa relação causal que inegavelmente existe.

⁵⁷ *A mundialização financeira...* p. 23-31

⁵⁸ Outra contradição que está na base do amadurecimento da mundialização do capital é dada por MARTIN: “É irônico que a antiga insubmissão social-democrata ao capital internacional tenha sido o fator que hoje desencadeia o capitalismo em escala global. Foram os contínuos aumentos salariais e a proteção social organizada pelos Estados que nestes últimos cinquenta anos que permitiram a formação da classe média, com cujas poupanças o setor financeiro trabalha agora. Nunca antes na História tinham existido tantas pessoas que dispusessem de mais rendimentos do que necessários para sua subsistência. São justamente elas que, com a parte poupada, fornecem

a revogação unilateral de Bretton Woods pelos Estados Unidos, em 1971, pôdo fim ao padrão ouro-dólar abrindo caminho para a adoção do sistema de “taxas de câmbio flexíveis”: ponto de partida de uma instabilidade monetária crônica. “Ela fez do mercado de câmbio o primeiro compartimento a entrar na mundialização financeira contemporânea, e um dos compartimentos onde uma parcela especialmente elevada dos ativos financeiros procura se valorizar, preservando ao mesmo tempo, a máxima liquidez”.

Na segunda etapa desse processo, tem-se toda a influência da participação das políticas governamentais em contribuir com este estado de coisas. Diz CHESNAIS que essa segunda fase tem início exatamente com as decisões tomadas em 1979-1981 pelos governos da Grã-Bretanha e EUA, dando “origem ao sistema contemporâneo de finanças liberalizadas”. Foram tais medidas que puseram fim ao controle dos movimentos de capitais com o exterior, ou seja, liberalizava-se os movimentos os sistemas financeiros nacionais; como também foram elas que possibilitaram a interligação mundial do mercado de bônus⁵⁹ (eram as primeiras fases do amplo movimento de desregulamentação monetária e financeira que ainda marca os noticiários atuais). Com a transação dos títulos públicos nos mercados de bônus inicia-se a “era das taxas de juros reais positivas”, cujo poder de determiná-las logo rumaria das mãos do governo para a dos investidores – que com o controle das taxas de câmbio de longo prazo fixa de antemão o nível das ‘remunerações’ de seus empréstimos. Aos governos restava o “poder” de poder mexer na taxa de câmbio de sua moeda. E com isso “os mercados de bônus públicos tornaram-se, assim, a “espinha dorsal” dos mercados de bônus internacionais”.

A terceira etapa é a vez e momento da abertura e desregulamentação dos mercados acionários que “vieram com um pouco de atraso em relação às dos mercados de bônus. Foi só em 1986 que estourou o *big bang* na City, forçando todas as outras praças a acelerarem seu processo de liberalização”. Ainda é muito menor o volume das movimentações financeiras no mercado acionário do que no de bônus em nível mundial (até porque estes são antigos), não há, comparativamente, uma interligação entre os mercados, por isso a pressão das principais praças em forçar os chamados “mercados emergentes” (trata-se aqui dos novos países industrializados) a

munição às seguradoras, bancos e fundo de pensões para a ofensiva contra sindicatos atuantes e a política social”. *op. cit.* p. 101.

⁵⁹ “A formação dos mercados de bônus liberalizados veio a responder às necessidades, ou a atender aos interesses, de dois grupos de atores importantes: os governos e os grandes grupos que centralizavam poupança. Atendeu, em primeiro lugar, às necessidades de financiamento dos déficits orçamentários dos governos dos países industrializados”. CHESNAIS. *A mundialização financeira...* p. 26

se incorporarem a grande ciranda, de conseqüências consideráveis para as políticas macroeconômicas⁶⁰. Essa passagem é sintomática:

“Os Estados Unidos, o FMI e seus aliados e representantes locais, formados nas universidades norte-americanas conforme o credo e as receitas neoliberais, fizeram de tudo para conseguir a abertura dos mercados financeiros dos novos países industrializados (só a Coréia ainda consegue resistir, mas logo será forçada a ceder), a passagem à securitização da dívida pública e à formação, nesses países, de mercados de bônus nacionais, interligados a aos mercados de financeiros dos países do centro do sistema”.

Ciente da barbárie que todo esse complexo de relações, onde o financeiro ganha uma espécie de autonomia, potencializa e do seu recente processo de formação nas três últimas décadas do século XX, é hora de passar a analisar a gênese da mundialização financeira, o modo pelo qual seus atores nela atuam e se favorecem. Para por fim identificar num de seus instrumentos financeiros – as negociações de câmbio – a íntima relação da interferência do interesse *privado* no âmbito de algo que por definição é *público*. Tratar-se-á da moeda, mas desde já fica antecipada uma grande característica da reação neoliberal.

1.3.1) Gênese da mundialização financeira

Na atividade diária dos *global players* muitos são os instrumentos financeiros que possibilitam aquilo que MARX já definia em sua formulação clássica A -A' (dinheiro gerando dinheiro). Destaque é dado para as movimentações de câmbio, seja por ser onde tudo teve início, seja por representar uma imbricação enorme com práticas relacionadas à atividade governamental, atestando a responsabilidade dos governos em compactuar com tal lógica.

Antes de discorrer sobre esse tema é interessante que um parêntese seja aberto para demonstrar como ocorre na prática o exercício das operações financeiras. Os exemplos são dados por MARTIN:

a) no que chama da “caça aos lucros na velocidade da luz” o autor revela como, com base na liberdade mundial, o setor financeiro internacional explodiu em apenas dez anos. Como os mercados de câmbio estão diretamente interligados, a todo o momento pode-se fazer movimentações entre diferentes praças e bolsas. Assim, é possível que uma queda de juros nos

⁶⁰ Pois “é desta terceira fase que data a série de choques e sobressaltos financeiros, que apresentam como componente, em profundidade, do modo de funcionamento do sistema mundializado de finanças diretas, em que as instituições principais são (sic) os mercados e as bolhas especulativas são parte integrante da vida econômica”. CHESNAIS, *A mundialização financeira...* p. 31

EUA faça subir as cotações de ações no outro lado do globo, se as carteiras em títulos da dívida americana render menos, os investidores mudam para papéis de outros países. O valor de títulos federais pode subir se o Banco Central do Japão emprestar dinheiro barato às corretoras em Tóquio. Trocados em marcos e investidos em papéis alemães de juros maiores, os créditos baratos em ienes transformam-se em lucro garantido⁶¹.

b) Ou ainda, pode se dar na mera troca entre divisas: de dólar para iene, em seguida para francos suíço, depois para recompras em dólares, em poucos minutos os negociantes de divisas podem pular de um mercado para outro, de um parceiro em NY, para outro em Londres ou Hong Kong, fechando negócios de milhões⁶².

c) Do mesmo modo, os dirigentes de fundos movimentam os bilhões de seus clientes em questão de horas, dividindo-os entre investimentos e mercados totalmente diversos. Empréstimos públicos americanos transformam-se, por telefone ou toque de mouse, em títulos da dívida britânica, em ações japonesas ou em obrigações do governo turco, aliás, denominadas em marcos alemães. São negociados, aliás, mais de 70.000 títulos diferentes incluindo os cambiais, que atravessam fronteiras com enormes chances e riscos⁶³.

d) Uma última demonstração da lógica do capital mostrando toda a sua frieza e necessidade da evolução tecnológica (sobretudo informacional): o gerente de derivativos de um banco privado alemão informa que mantém em sua carteira alguns milhares desses complexos contratos com vencimentos futuros. Com orgulho mostra um programa de computador que a qualquer momento apresenta o valor total dos contratos incluindo na conta os novos dados de dezenas de mercados. “Olhe”, e o seu dedo indicador aponta uma linha no monitor, “assim vejo o momento em que estamos ganhando ou não. Cada dia que os juros ficam parados perdemos 49.000 marcos. Um centésimo por cento de queda de juros nos proporciona 70.000”.

Fica aí toda barbárie desse novo modo de “fazer dinheiro”. É tudo de uma abstração e frieza tamanha, com uma complexa rede de tecnologia e cálculos matemáticos de uma complicação extrema, que não é de causar espanto o sumiço da preocupação com o homem nessa perspectiva. Onde fica o valor trabalho nessa conjuntura? Podendo ganhar milhões em apenas um movimento na compra de títulos públicos, por exemplo, quem mais despenderia capital para fazer

⁶¹ MARTIN, *op. cit.*, p. 73

⁶² MARTIN, *op. cit.*, p. 74

⁶³ MARTIN, *op. cit.*, p. 74

Por essa natureza contraditória à moeda deveria ser dispensada uma gestão cuidadosa, embora não seja isso que aconteça. Na segurança do caráter público da moeda o governo central deveria ter uma atuação firme. Mas hoje o que se observa é que a própria moeda foi transformada em um tipo de capital financeiro, com MARTIN (acima) isso ficou bem claro.

Note que na estrutura reguladora implementado por ROOSEVELT – Bretton Woods – um cuidadoso equilíbrio entre as duas características da moeda (como bem público e como mercadoria privada) era previsto⁷⁰. Foi o sistema monetário pós-1971 que veio, com as taxas de cambio flexíveis, monetarização da dívida pública e paulatina retirada do Estado da economia a fortalecerem o caráter de mercadoria privada da moeda. Com isso, o novo sistema monetário elevou o moeda privada dos bancos e a liberdade desses auferirem seus lucros, a partir daí, sempre crescentes.

De modo geral, a contínua criação monetária proporcionou a socialização dos prejuízos privados e dos riscos, jogando o peso destes sobre todos os que utilizam a moeda nacional. “De resto, esse “tampão” simplificou os brutais ajustes deflacionários de capital, aspecto marcante das depressões econômicas anteriores, mas ao preço de um depreciação mais gradativa do valor da moeda (Guttman, 1984). Por outro lado, embora impedindo uma depressão, esse processo (...) deu origem a conflitos de relação entre o capital industrial e o capital financeiro, acabando por destruir o regime de moeda de crédito do pós-guerra”⁷¹.

Com a aceitação dessa lógica fica patente a aceitação do Estado em defender os interesses do capital rentista. Para a população isto traz graves conseqüências, pois além da desregulamentação da moeda e do crédito trazerem mais instabilidade ao sistema bancário, são os governos que, para garantir a qualidade da moeda como bem público em períodos “conturbados”, vão ao socorro de bancos em apuros – pois não foram bem sucedidos em sua atividade especulativa. Sobre a máxima do *too big to fail* Estados nacionais garantem a avidez dos bancos pelo lucro fácil nas atividades financeiras mais arriscadas.

Com liberalização dos mercados de câmbio, ficava criado o espaço privilegiado da especulação financeira, da dominação do capital fictício.

⁷⁰ GUTTMANN, *op. cit.* p.63. O destaque é nosso.

⁷¹ GUTTMANN, *op. cit.* p.64. “Os bancos centrais, como o Federal Reserve (FED) dos Estados Unidos, podiam interferir na oferta de moeda, seja diretamente, alterando a quantidade de moeda em circulação, ou indiretamente, regulando as atividades de criação monetária dos bancos comerciais”.

GUTTMANN, *op. cit.* p.67.

Em nenhum lugar o aumento da especulação foi tão pronunciado como nos mercados mundiais de divisas. Com o fim do controle de câmbio garantido pelo Sistema de Bretton Woods e a adoção das taxas de câmbio flexíveis (em 1972), não demorou muito para as empresas e instituições financeiras transformarem esse espaço num mercado altamente lucrativo.

Graças ao grande volume dessas atividades, conseguiram obter, no mundo inteiro, a eliminação dos controles sobre o capital e as divisas e, por sua vez, essa liberalização da movimentação de capitais, sem fronteiras, deu mais poder às operações especulativas com força determinante da evolução da economia mundial (...) A irresistível atração da especulação monetária e dos outros veículos de capital fictício derivam de esses instrumentos poderem prosperar relativamente isolados do resto da economia⁷².

“A irresistível atração da especulação monetária e dos veículos de capital fictício derivam do fato de esses instrumentos poderem prosperar relativamente isolados do resto da economia”⁷³.

E o favorecimento da especulação é apenas um dos efeitos que importava destacar sobre a caixa de Pandora que representa a financeirização da economia. E como MARTIN salienta, criou-se uma estrutura que agora não mais se consegue conter. CHESNAIS concorda, afirmando que “esse movimento conjunto ganhou, progressivamente (especialmente a partir de 1992), um caráter de processo incontrolável, com aspectos evidentes de “fuga para a frente” dos governos, cada vez mais impotentes perante as forças que ajudaram a desencadear”, e complementa: “Mas esse processo tem conseqüências, sobretudo, no tocante à acumulação e ao emprego, que incomodaram sobretudo os partidários de um capitalismo virtuoso”⁷⁴.

⁷² GUTTMANN. *op. cit.* p. 83. “Hoje em dia, as operações em divisas representam em média, 1,4 trilhões de dólares por dia, sendo que uns 15%, no máximo, correspondem a fluxos comerciais e fluxos de capitais de longo prazo. O restante é constituído de capital especulativo (*hot money*), tomando medidas de curto prazo para garantir suas carteiras sobre flutuações da taxa de câmbio”.

⁷³ GUTTMANN. *op. cit.* p. 83. “O capital de empréstimo depende diretamente dos lucros industriais e dos ganhos obtidos com outros contratos, sendo os juros uma parte desses ganhos. Já o capital fictício, embora se alimente de transferências cujas raízes estão na esfera da produção real, não se identifica com o capital produtivo utilizado na indústria. Ao evitar ficar cristalizado e imobilizado no aparelho produtivo do capital industrial, como acontece com os empréstimos, o capital fictício circula com maior liberdade e, nesse processo (como apontava Marx), vive várias vidas diferentes”.

⁷⁴ CHESNAIS. *A mundialização financeira...* p. 17-18.

Capítulo II

Uma análise do neoliberalismo

“Não se deve esquecer que o marco ou contexto último desta *Ética* é o processo de *globalização*; infelizmente, porém, e simultaneamente, esse processo é *exclusão* das grandes maiorias da humanidade: as vítimas do sistema-mundo”.

(Henrique Dussel – In *Ética da Libertação*)

2.1) Fundamentos filosóficos do neoliberalismo

Com tudo o que foi exposto até aqui, espera-se ter alcançado dois dos objetivos desta fase inicial da pesquisa, quais sejam, evidenciar a financeirização como padrão sistêmico de acumulação de riquezas no Capitalismo contemporâneo, e que todo esse processo reorganização capitalista inicia-se na década de 1970 com a Crise do *Welfare State* e substituição do Sistema de Bretton Woods. A partir desse momento da pesquisa passa-se a traçar a gênese e o conteúdo da doutrina neoliberal, de modo a evidenciá-la como instrumento teórico-prático desse movimento de “modernização” e implementação do capitalismo em escala mundial⁷⁵ - ressaltando as medidas de cunho liberalizante do mercado financeiro. Com a crise fiscal do Estado Providência implementava-se uma reforma estrutural de enormes dimensões, cujo desenrolar ainda fica difícil de se prever – embora algumas graves conseqüências já sejam possíveis de serem auferidas como o aumento da concentração de riquezas, crises econômicas sistêmicas e empobrecimento da população⁷⁶.

Neste Capítulo tratar-se-á de uma análise teórica do neoliberalismo, deste movimento de investida conservadora que possibilitou o restabelecimento dos padrões de acumulação sistêmica existentes nas primeiras décadas do século XX, para assim se poder compreender o que esta por

⁷⁵ Como vai dizer Perry ANDERSON “o neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O caminho da servidão*, de Frederich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”. *Op. cit.* p. 9-23.

⁷⁶ Trataremos em suma do aspecto econômico do neoliberalismo. Sobre as conseqüências no plano cultural indicamos as obras de Otávio IANNI, para as conseqüências sociais da *práxis* neoliberal indicamos o livro de Laura

detrás das políticas econômicas que desde a década de 1980 são amplamente implementadas nas economias capitalistas, seja ocidentais ou orientais⁷⁷. Neste contexto buscar-se-á situar sua gênese numa perspectiva histórica (mostrando que “a globalização neoliberal já nasce reacionária, pois sua gênese explicita uma reação progressiva em face dos efeitos da luta de classes desde a década de quarenta”⁷⁸, uma ferrenha oposição às políticas do Estado Interventor); demarcar seus fundamentos filosóficos (que como ideologia vai influenciar toda uma geração, pautados que estão nos sedutores valores de máxima liberdade e individualismo – tendo na obra de HAYEK *O caminho da servidão* seu grande emblema); até a definição de como ele passa a servir de política econômica para fundamentar a mundialização financeira⁷⁹, em todo aquele mecanismo de acumulação de riquezas onde dinheiro reproduz dinheiro numa rede informacional extremamente desenvolvida, como vimos atrás.

Numa perspectiva histórica, então, deve ficar claro que, embora seja na década de 1970 que a ideologia neoliberal tenha conquistado o fôlego necessário para chegar nos anos da Crise da Dívida do Terceiro Mundo e da derrubada do Muro de Berlim como pensamento único, seria um equívoco afirmar que ali se dava o seu surgimento. A verdade é que desde o início da implantação das políticas de intervenção ativa dos poderes públicos na economia o pensamento liberal esteve presente de maneira contundente enquanto contra discurso⁸⁰, como críticos ferrenhos das mais variadas políticas intervencionistas que a partir do pós Crise de 1929 foram implementadas pelo globo – seja orientação de keynesiana na busca do pleno emprego, socialista de orientação stalinista ou marxista, ou ainda autoritárias como o fascismo.

Tavares Ribeiro SOARES intitulado *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

⁷⁷ Confira os textos da obra organizada por Emir SADER e Pablo GENTILLI. Especialmente o artigo já citado de Perry ANDERSON e o *Neoliberalismo e engenharia social: a transformação capitalista da Rússia* de Kiva MAIDANIK (p. 119-124).

⁷⁸ ARRUDA JR. *op. cit.* p. 20.

⁷⁹ O que trataremos, sobretudo no capítulo seguinte.

⁸⁰ Neste contexto destaca-se a criação da Sociedade de Mont-Pèlerin, idealizada por F. von HAYEK e Ludwig von MISES com o intuito de demolir as propostas do Lord Keynes, patrocinada por grandes banqueiros e industriais, e donde saíram grandes vencedores do Prêmio Nobel de Economia – como o próprio HAYEK e FRIEDMAN. Estava criada o grande laboratório do pensamento da contra ofensiva neoliberal, que faz da Universidade de Chicago um dos seus bastiões na defesa do “monetarismo” friedmaniano, (como veremos a seguir) na mudança de foco do problema a se enfrentar – rompendo as amarras da mundialização financeira.

É certo que, depois de dominar uma parte da cena histórica no século XIX e no primeiro terço do século XX, o pensamento liberal conheceu um amplo período de “eclipse”⁸¹ de meados dos anos 30 ao fim dos anos 70.

Se desde metade da década de 1940 a sociedade de Mont-Pèlerin já se reunia para fazer valer seu propósito de combater o keynesianismo e todo tipo de solidarismo reinante (e assim preparar as bases de outro tipo de capitalismo, “duro e livre de regras para o futuro”), até a década de 1970 as condições para este trabalho não eram de todo favoráveis, uma vez que o capitalismo vivia uma longa fase de auge sem precedentes⁸².

Nesse contexto, a hegemonia no pensamento político-econômico estava com as doutrinas regulacionistas, de inspiração keynesiana principalmente. Como parecia impensável que a Era de Ouro viesse a acabar; que os padrões ora alcançados apenas atestariam a maturidade e infalibilidade do sistema capitalista, tal como se pensava antes do *crash* de 1929 – chegou-se a crer (tal como hoje se apregoa) que a história teria chegado ao seu fim. Até o momento que tudo começou a ruir⁸³.

O retorno da ideologia neoliberal com força total acompanha a crise econômica nos principais países capitalistas industrializados a partir da década de 1970, com o aumento desenfreado da inflação, redução dos incríveis índices de crescimento, nos principais países do mundo, *estagflação* etc. Não por acaso, ficava provado que tais fundamentos que por tempos haviam dado conta de garantir estabilidade e prosperidade ao sistema, deveriam ser revistos. A intervenção estatal no domínio econômico, antes tida como a solução para todos os problemas, a partir de um dado momento passava a ser vista como inimiga número um. E aí uma grande questão a ser respondida: até que ponto tal reação não foi extremamente preparada e posta em prática com louvor?⁸⁴

A expressão é de TOUSSAINT. *op. cit.*, p. 233.

⁸² ANDERSON. *op. cit.*, p. 10

⁸³ Lembre-se que anos antes do ano de 1973 nos mercados financeiros das grandes praças (principalmente na City) iniciava-se o movimento de financeirização, em grande responsável pelo abandono do Sistema de Bretton Woods. Vide BRAGA. *op. cit.*

⁸⁴ VILLAREAL, René. *A contra-revolução monetarista: teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo* (trad. Ruy Jungmann). Rio de Janeiro: Record, 1984, por exemplo, vai dizer que a Crise da década de 1970, ao contrário das anteriores, foi deliberadamente preparada e posta em prática pelos Estados nacionais.

Para a análise filosófica do neoliberalismo inicia-se com Maria Cristina LAUREL⁸⁵, que, propondo uma revisão crítica acerca do projeto neoliberal, com o intuito de contrastar a imagem oficial de que se dava ao México no início dos anos noventa com a situação real do país – “frágil economicamente e, no social, crescentemente excludente”-, vai dizer que o caráter global do projeto neoliberal “pode ser questionado com o argumento de que os programas de ajuste estrutural são essencialmente de ordem econômica e, em decorrência, que seus custos sociais são secundários e transitórios”. E são realmente os aspectos econômicos do neoliberalismo que aqui serão ressaltados.

Por entender os fundamentos teóricos do pensamento neoliberal é que essa assertiva da autora ganha tanto peso e significância. Ainda que dotado de uma grande arrogância e pretensão de totalidade e completude (aí o pensamento único), analisando atentamente o neoliberalismo, passa-se a entender uma racionalidade própria, teoricamente estruturada, pautada em princípios do individualismo e liberdade plena, e que no fim vai denotar, senão a existência de um mundo ideal (uma *utopia* para os liberais), nada mais que uma visão de mundo *possível* entre muitas outras⁸⁶ (em contraste direto com a ideologia socialista, só para citar um exemplo). Em vista disso, embora ao público em geral seja a faceta de um exacerbado economicismo que mais expresse o neoliberalismo, em detrimento das preocupações com “o social” (como se não houvesse uma preocupação com o ser humano), na verdade em tal doutrina existe sim uma construção filosófica acerca do *homem*, sobre uma sociedade ideal, pautado em valores e princípios liberais⁸⁷ – ainda que seja o *homo economicus*⁸⁸ o sujeito dessa história. E a obra de HAYEK é um grande exemplo disso, influenciando toda uma grande soma de espíritos em seu

⁸⁵ *Estado e Políticas sociais no neoliberalismo*. Ana Cristina Laurel (org) (trad. Rodrigo León Contrera). 2. Ed. São Paulo: Cortes, 1997. P. 7

⁸⁶ Onde a atividade individual é a base para a engrandecimento da sociedade. Que no limiar pode levar à conclusão de que a pobreza é fruto da preguiça, ou outras aberrações similares.

⁸⁷ Sobre o liberalismo vide Francisco VERGARA. *Introdução aos fundamentos filosóficos do liberalismo*. São Paulo: Nobel, 1995. Ou ainda, mais voltada para o contexto que aqui tratamos, o obra de Friedrich A. von HAYEK. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal: 1984.

⁸⁸ A aquele homem racional, que mede cada movimento dado (principalmente quando se trata de dinheiro) tendo em vista o maior rendimento futuro, uma maior satisfação. É um homem imaginário, dotados de ‘comportamentos racionais’, que Amartya Sen vai chamar de “tolo racional”. A crítica ao *homo economicus* já aparece desde Keynes, quando chama a atenção dos economistas para que se trate do homem concreto, de carne e osso, com suas fraquezas, aflições, medos etc. Vide in Avelãs NUNES. *Neoliberalismo e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 5.

ultra liberalismo e individualismo, levando até alguns autores a considerarem como texto fundador da proposta teórico-prática do neoliberalismo a obra *O Caminho da Servidão*⁸⁹.

Fazendo um balanço das política neoliberais implementadas ao redor do mundo neste últimos quinze anos, Perry ANDERSON, sobre a existência de um projeto político-ideológico de sociedade ideal inserido no projeto neoliberal, escreve que “economicamente o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. *Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente desiguais, embora não tão desestatizadas como queria*”⁹⁰.

Tomar ciência deste conjunto de idéias para somente assim passar à crítica soa como o caminho mais adequado a se seguir⁹¹.

Eric TOUSSAINT⁹² ensina que “a onda neoliberal atual reivindica um conjunto incoerente, eclético, de teses econômicas e políticas que remontam a David Hume (1711-1776), Adam Smith (1723-1790), Jean-Baptiste Say (1767-1832), David Ricardo (1722-1823), e até Immanuel Kant (1724-1804)⁹³”. Embora não se possa concordar com a opinião do desse autor francês quando defende que o pensamento neoliberal seja em seu todo um “conjunto incoerente”, mais correto seria tratá-lo como “eclético”, dessa discussão retira-se algo de extrema importância e relativamente simples de se comprovar com fatos: não existe uma unidade no pensamento neoliberal, de modo que não é fácil delimitar claramente seu conjunto de idéias.

⁸⁹ Vide NEGRÃO, João José. *Para conhecer o neoliberalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 1998. p. 19-20.

⁹⁰ ANDERSON, Perry. *op. cit.* p. 23. Sem o grifo no original.

⁹¹ Com isso procura-se chamar a atenção daqueles que refutam *a priori* o pensamento (neo)liberal, numa crítica inconsistente, fruto de pré-conceitos amplamente divulgados na sociedade, taxando tal doutrina como a fonte de todos os males, de modo que a única solução cabível seria a destruição de tudo o que está aí que represente a exploração do homem pelo homem – idéia constante especialmente nos veículos de comunicação e discursos ligados à “esquerda radical”. O cuidado com o dogmatismo deve ser uma preocupação freqüente nas produções dos intelectuais. Criticar o dogmatismo do neoliberalismo como pensamento único é necessário, mas sem que com isso se caia também no mesmo “erro”.

⁹² Na sua obra citada. p. 233

⁹³ Por exemplo:

De Adam Smith considerado o pai do liberalismo econômico, ter-se-ia, principalmente, a alegoria da “mão invisível”, na defesa de cada atitude individual traria ao fim a defesa dos interesses da sociedade, bem como a limitação das despesas públicas reduzidas à “defesa, justiça e obras públicas que os empresários não estejam dispostos a assumir.

De Jean-Baptiste Say viria a teoria de que a oferta global cria a sua demanda, descartando a idéia de crise de superprodução numa economia de mercado livre.

De David Ricardo a teoria das vantagens comparativas, favorecendo o livre-câmbio e a divisão internacional do trabalho.

São várias as correntes que direcionam o pensamento liberal da atualidade, são várias as Escolas, algumas até com profundas divergências entre si – da mesma forma como ocorre nas correntes marxistas ou keynesianas.

TOLEDO⁹⁴ concorda com essa posição. Afirma ele que “do ponto de vista teórico, o atual neoliberalismo abarca várias perspectivas, nem sempre coincidentes”. Interessante em sua contribuição é que vai traçar um quadro comparativo entre essas diferentes Escolas. Defende que quatro seriam as mais relevantes: 1) a Escola de Chicago; 2) a austríaca; 3) a virginiana e 4) a anarco-capitalista⁹⁵.

E nesse emaranhado de posições teóricas, ontológicas e valorativas da doutrina neoliberal, os Estados Nacionais, impelidos que são em anuir com tal ortodoxismo, na consecução de suas políticas econômicas, retomam aspectos “parciais de diversos neoliberalismos teóricos, mas que *nunca são a aplicação rigorosa de nenhum deles*”⁹⁶. Assim o mais correto seria falar de neoliberalismos. Encerra-se esta questão com o mestre Eros Roberto GRAU que defende que “o discurso neoliberal (...) não se o pode referir como *um* discurso, senão como um *conjunto de discursos* distintos e diversos entre si”⁹⁷.

Na verdade, tomando em termos ideais, pode-se até extrair uma “versão ideológica original” do neoliberalismo – como faz Perry ANDERSON em seu citado artigo -, uma “versão xiita do neoliberalismo”, como fala Luiz FERNANDES⁹⁸, que propugna a subordinação incondicional ao mercado como panacéia para a solução de todos os problemas fundamentais da modernidade, e considera a intervenção estatal na economia e na sociedade como uma desgraça a

⁹⁴ TOLEDO, Enrique de la Garza. Neoliberalismo e Estado. In *Estado e Políticas sociais no neoliberalismo*. P. 77-83.

⁹⁵ A *Escola de Chicago* caracterizada pelo seu positivismo, e a figura de FRIEDMAN com seu monetarismo, é a escola que mais tem influenciado as política econômicas concretas; da *Escola Austríaca* temos a figura de HAYEK e MISES, epistemologicamente é mais sofisticada, grande preocupação com o homem e sua liberdade; na *Escola Virginiana* nota-se uma oposição ao naturalismo dos austríacos, seu liberalismo é mais moderado e a crítica ao *Welfare State* é mais sociológica que ontológica; e com os *Anarco-capitalistas* percebe-se a preocupação de dar ao neoliberalismo uma fundamentação ética mais que econômica, uma ética baseada na natureza humana. Para aprofundar o estudo consulte o artigo citado.

⁹⁶ TOLEDO. *op. cit.* p.79. (grifo nosso)

⁹⁷ GRAU, Eros Roberto. O discurso neoliberal e a teoria da regulação. In: *Desenvolvimento econômico e intervenção do Estado na ordem constitucional*. Ricardo Antônio Lucas Camargo (org.). Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995. P.63. “Dele há várias versões, algumas que poderíamos classificar de *prudentes*, outras nitidamente *imprudentes*, qual a que visualiza o *Estado de direito social e democrático* o inimigo número um do processo de acumulação capitalista e reduz a humanidade exclusivamente àqueles que sejam ativos no mercado”.

ser evitada a todo custo. Assim, definido neste sentido “mais estrito”, é certo que o neoliberalismo não é aplicado em nenhum país e está longe de se constituir a corrente hegemônica hoje, “mas esta formulação doutrinária muito radical e “dura” é a fonte que alimenta uma versão mais *light* (matizada e flexível) do projeto com um impacto muito claro e evidente”⁹⁹. Assim é que Perry ANDERSON vai afirmar que o triunfo do neoliberalismo “não foi o triunfo de qualquer capitalismo, mas do tipo específico liderado e simbolizado por Reagan e Thatcher nos anos 80”¹⁰⁰, como um projeto concreto de doutrina a ser imposta à vários países do globo.

Com isso não se quer dizer que não se deva falar em neoliberalismo, doutrina, ideologia ou pensamento neoliberal uma vez que é perfeitamente possível traçar uma série de elementos que acabam por conferir identidade entre as várias vertentes do pensamento neoliberal¹⁰¹. Nesse sentido é interessante separar o neoliberalismo como filosofia e política econômica, e assim buscar seus princípios unificadores, que apesar de serem intimamente ligados não se confundem. É diferente tratar do neoliberalismo enquanto política, filosofia, política econômica etc. E desde já, é importante que se fique claro que *é a análise do neoliberalismo enquanto política econômica que interessa*¹⁰² *para análise do neoliberalismo como instrumento da mundialização financeira.*

TOUSSAINT defende que: “De uma maneira geral, a escola (neo)liberal se apóia sobre um vasto e eclético corpo teórico, que inclui a teoria neoclássica, que contém ao mesmo tempo a teoria quantitativa da moeda, a Lei de Say, a determinação dos preços pela interação da oferta e da demanda, a teoria das vantagens comparativas”. Num conjunto de referências que fundaria um

⁹⁸ FERNANDES, Luis. *Neoliberalismo e reestruturação capitalista*, na obra organizada por Emir SADER e Pablo GENTILI. p. 54-61

⁹⁹ FERNANDES. *op. cit.* p. 55

¹⁰⁰ ANDERSON. *op. cit.* p. 18

¹⁰¹ Por isso até as tratamos como sinônimos. E aqui vale o ensinamento de Thoms S. KUHN (*in A estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000 (Coleção Debates)) no tratamento da definição de paradigmas, ao sustentar que embora seja algo difícil de ser *conceituado*, pode ser muito bem *identificado* por uma série de características ou elementos próprios. Assim, ainda que não seja possível conceituar taxativamente o que (ou qual) seja o paradigma pode-se afirmar com certeza que ali existe um paradigma, e um paradigma determinado. Para mais sobre o pensamento de T. KUHN e sua contextualização com a ciência jurídica confira o artigo (ainda inédito) de autoria coletiva dos bolsistas PET-Direito da Universidade Federal do Paraná.

¹⁰² Feito isso pode-se, como faz João José NEGRÃO em sua obra citada, tratar do contexto do neoliberalismo brasileiro. Atento a esta questão da existência de neoliberalismos, demonstrar que (e como) os últimos governos brasileiros, de Fernando Collor de Mello a Fernando Henrique Cardoso principalmente, adotaram como plano de governo o instrumental neoliberal, uma vez que é possível distinguir um mínimo de condutas que o determina como tal – principalmente numa análise sobre o programa de ajuste estrutural advindo do chamado Consenso de Washington.

“síntese neoclássica”¹⁰³, herança da tradição dos clássicos do liberalismo na origem do pensamento sistêmico do capitalismo.

Da aplicação prática nos países envolvidos do programa de ajuste estrutural pode-se também identificar algumas características de cunho econômico, político e ideológico que formariam esse núcleo que aqui se defende poder identificar no neoliberalismo. Desse núcleo pode-se ressaltar¹⁰⁴:

1) A *superioridade do livre mercado*: tendo a crítica ao Estado Providência de orientação keynesiana (ou socialista) como fio condutor desta ordem, e “o antiestatismo do povo” é reforçado pela idéia do Estado causador da crise.

2) O *individualismo metodológico*: oriundo dos princípios clássicos da liberdade e individualismo, que no campo político-econômico tem como expressão a ligação íntima com a idéia de privatização e retirada de direitos sociais (como a previdência social), na medida que o *Welfare State* passa a ser identificado como um Estado despótico.

3) As contradições entre *liberdade e igualdade* podem ter primeiro uma conotação ou justificação econômica: a medida em que se toma como verdade o mito da mobilidade pelo esforço pessoal, a medida em que se passa a ter o *darwinismo social* como a teoria geral das ações humanas, as conseqüências não podiam ser outras senão o afastamento da realidade social - que vem a justificar a retirada dos benefícios sociais do Estado.

4) Um conceito abstrato de *liberdade*: o controle de cada um sobre sua conduta e destino, com mínima coerção de outros; em outro nível, traduz-se em desregulamentações estatais e privatizações.

2.2) Fundamentos político-econômicos do neoliberalismo

Fixados um breve histórico, certos fundamentos filosóficos da ideologia (neo)liberal e dado pistas para que se identifique o conteúdo econômico do neoliberalismo, numa contextualização que permita fazer entender (ainda que superficialmente) o contexto e a racionalidade vigente na gestão dos organismos multilaterais e num sem número de países, é hora de avançar neste seara de fornecer subsídios para a compreensão do modo pelo qual a ideologia neoliberal, no campo econômico, foi erguida ao *status* de pensamento único (influenciando por

¹⁰³ TOUSSAINT. *op. cit.* 239-240.

demais as ‘reformas’ implementadas no Estado ao redor do mundo, visando a formação de um mercado liberalizado). Faz-se necessário, então, a inserção de elementos que no campo histórico-econômico vão contribuir para uma explicação que viabilize a compreensão das políticas neoliberais como um instrumento de favorecimento do capital internacional. Vale-se de três matrizes teóricas que explicam a chegada do capitalismo nesta fase de acumulação sistêmica de riqueza apontada no Capítulo primeiro.

Primeiramente, a *teoria histórica do capitalismo* de Fernand BRAUDEL e Giovanni ARRIGHI, que com o estudo dos agentes e estruturas na composição dos “ciclos sistêmicos de acumulação”¹⁰⁵ fornecem subsídios para análise de padrões nas constantes crises sistêmicas do sistema capitalista – e dessa maneira o neoliberalismo (na perspectiva de uma contra revolução conservadora) pode ser concebido como resposta à Segunda Grande Crise do capitalismo¹⁰⁶.

A segunda contribuição neste encadeamento de fatos e teorias é a explicação dada por François CHESNAIS em sua obra *A Mundialização do Capital*¹⁰⁷ que, com a idéia de mundialização e da explicação de quando – e como – a as finanças passam a serem vistas como indústria¹⁰⁸, indica o fundamento das recentes investidas sobre regulamentos de mercados nacionais, direitos sociais etc, bem como “obstáculos” a novos produtos bancários, enfim, tal concepção ajuda a refletir sobre a ideologia que prega a retirada do Estado da economia.

E por fim, como talvez uma das últimas peças desse quebra-cabeça, tem-se o conflito entre keynesianos e monetaristas¹⁰⁹ – em sua contra-revolução – que no campo da teoria econômica demonstra as diferentes visões de mundo, concepções *a priori*, entre aqueles que não confiam nos mecanismos automáticos da economia e atribuem ao Estado um papel central na

¹⁰⁴ In TOLEDO. *op. cit.*, p. 80

¹⁰⁵ Importante então é o conceito de “ondas longas”: que são primordialmente reflexos no tempo dos processos competitivos que marcam a economia capitalista, de modo que as pressões competitivas vão determinar ondas longas de “prosperidade” ou de “depressão”.

¹⁰⁶ A Crise da década de 1970, para ARRIGHI uma crise de superacumulação, o que explica a opção pela acumulação financeira.

¹⁰⁷ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*.

¹⁰⁸ “Um dos elementos explicativos, bem salientado por J. Régnier, numa interessante reflexão sobre a desregulamentação financeira, decorre do surgimento, nos Estados Unidos do pós-guerra, de uma concepção das finanças como “indústria” (classificada, para fins estatísticos, no setor terciário). Essa transformação foi adotada pela City e culminou nas transformações do “big-bang” de 1985-1986”. In CHESNAIS. *Op. cit.* p. 240.

¹⁰⁹ Na luta pela hegemonia no pensamento econômico. Fato que demonstra em que medida a (re)adoção do pensamento econômico- liberal clássico foi uma *escolha* daqueles que naquele momento histórico detinham força política para as tomadas de decisões.

condução do desenvolvimento econômico e aqueles outros fiéis ao ideário liberal da mão invisível e crença na *lei de Say*. Esta polêmica talvez seja o ponto chave desta discussão que se propõe, no entendimento do novo liberalismo como instrumento de uma mudança estrutural no sistema econômico - de modo que autores como VILLAREAL¹¹⁰ chegam a tratar do monetarismo como a teoria política do neoliberalismo.

2.2.1) Teoria histórica do capitalismo: os ciclos sistêmicos

Os estudos Giovanni ARRIGHI¹¹¹ vão dar uma contribuição imprescindível para a compreensão do atual estágio do desenvolvimento capitalista, sua crise e, assim, dar apontamentos de uma perspectiva futura - embora o que interesse neste trabalho seja o modo que ele identifica a crise vivenciada na década de 1970. Na obra em questão traça-se um cenário que define uma crise no capitalismo atual, crise esta que se desenvolve desde os anos setenta. Dentro da teoria dos ciclos sistêmicos a era atual enquadraria-se como uma 'onda longa de depressão'. E mais, a atual crise seria considerada por ele como o terceiro e último momento de um único processo definido pela ascensão, plena expansão e derrocada do sistema norte-americano de acumulação do capital em escala global. Nesse sentido a reação neoliberal seria um voraz reação para a manutenção do *status quo*¹¹².

Sua principal obra publicada no Brasil foi “*O longo século XX*”, na qual aponta os padrões recorrentes que podem ser percebidos na formação, expansão e crise do sistema capitalista. Grandemente influenciado por Fernand BRAUDEL¹¹³, este autor vai perceber que o capitalismo financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado, muito pelo contrário – é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da Moderna. Aceitando a concepção braudeliana, ARRIGHI define a economia estruturada em “três andares – o da

¹¹⁰ *Op. cit.*

¹¹¹ Aqui nos valeremos dos escritos de Giovanni ARRIGHI no artigo *Costume e inovação: ondas longas e estágios do desenvolvimento capitalista*. In *A ilusão do desenvolvimento* (trad. Sandra Gardini Teixeira Vasconcelos). Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

¹¹² Algo plenamente criticável, e que nos dizeres do ARRIGHI ganharia a seguinte forma: o impasse da acumulação da atual crise não apresenta nenhuma solução capitalista óbvia, exatamente o contrário do que se vê fazendo ao radicalizarem os preceitos neoliberais ao redor do mundo. Vide ARRIGHI. *op. cit.* p. 46 e ss.

produção material, o da circulação ou do mercado, e o das altas finanças, onde “o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político” e centra suas análises neste último, interessado que estava em elucidar as mudanças espaciais no alto comando da economia mundial através do estudo dos grandes ciclos sistêmicos da perspectiva da hegemonia financeira”¹¹⁴.

Trabalhando a evolução do sistema de acumulação do capital a partir de uma perspectiva histórica, ARRIGHI deixa claro que ao longo de toda a era capitalista as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundo para outro, sendo “aspectos integrantes da destruição recorrente de “antigos” regimes e da criação simultânea de “novos””.

É o próprio autor quem vai ressaltar, numa honestidade intelectual digna do grande historiador que é, que a construção por ele elaborada “é apenas uma entre várias explicações igualmente válidas (...) do longo século XX”. Em seu corte epistemológico ressalta que deixa de analisar pontos de extrema relevância neste contexto, como a luta de classes e a polarização da economia mundial em centros e periferia¹¹⁵, pois tem como objetivo principal o entendimento da relação entre dinheiro e o poder na formação de nossa época.

Como aqui se trata em linhas gerais do pensamento deste pensador, importa desde logo evidenciar duas das grandes contribuições (ou ainda de sua matriz braudeliana) que trouxe para a Ciência como um todo:

a) a primeira, pautada na obra de BRAUDEL, é a que diz respeito a dinâmica do capitalismo, que em grossas palavras podem ser resumidas assim: Fernand BRAUDEL no Cap. 3 de sua obra intitulada “*A dinâmica do capitalismo*” enuncia seu objetivo de em sua análise “vincular o capitalismo, sua evolução e seus meios, a uma história geral do mundo”. Sendo que *uma história* significa “uma sucessão cronológica de formas, de experiências”. Vai dizer que entre os séculos XV e XVIII a unidade (o capitalismo) começa a se desenhar, e a partir de então se faz sentir progressivamente, “sobre a vida inteira dos homens, sobre todas as sociedades, economias e civilizações do mundo”. “Ora, esse mundo afirma-se sob o signo da desigualdade. A imagem atual – países prósperos, de um lado, países subdesenvolvidos, de outro – já é verdadeira,

¹¹³ José Luis FIORI chega a defender que ARRIGHI “deu um passo decisivo para na construção braudeliana de teoria do capitalismo histórico, definido como um sistema mundial econômico mundial, administrado por uma estrutura jurídica interestatal e hierarquizada de poder político”. No prefácio da obra citada.

¹¹⁴ FIORI.. In: *A ilusão...* p. 7

mutatis mutandis, entre os séculos XV e XVIII”¹¹⁶. “É claro, de Jaques Coer a Jean Bodin, Adam Smith e Keynes, os países prósperos e os países pobres não permaneceram imutavelmente os mesmos; a roda girou. Mas, em sua lei, o mundo praticamente não mudou: continua, *no plano estrutural*, repartido entre privilegiados e não privilegiados. Existe uma espécie de sociedade mundial tão hierarquizada quanto uma espécie ordinária e que é como a sua imagem ampliada, mas reconhecível. Microcosmo e macrocosmo têm, em última análise a mesma textura”¹¹⁷.

E disso retira-se uma premissa fundamental: no capitalismo há uma tendência (que pode ser tomada como regra) de haver uma nação hegemônica como o centro do sistema, sempre há um centro do sistema. Centro este que muda ao longo dos tempos, sem que haja uma substancial mudança na estrutura¹¹⁸ (começa com Veneza, passando por Holanda, Inglaterra até chegar nos EUA) – diz BRAUDEL que a alavancada de uma nação como potência hegemônica sempre se dá por cópia e não por inovação – pelo menos até a chegada do capitalismo moderno¹¹⁹.

b) Pautado no processo de formação, expansão e crise destas quatro grandes hegemonias nos últimos seiscentos anos, ARRIGHI procura traçar uma tendência no processo de evolução capitalista e identifica “até que ponto esses padrões se repetem hoje, na crise do “século americano”, o longo do “século XX” e quais seriam as “características atuais realmente novas, abrindo a possibilidade de a história seguir, a partir de agora um rumo qualitativamente diferente”.

Fazendo um profundo mergulho, ARRIGHI “parte da configuração atual do sistema internacional de poder”, numa perspectiva histórica, até emergir novamente à sua realidade concreta com algumas alternativas vislumbradas para o futuro.

O estudo das estruturas e agentes que moldaram o curso da história moderna lhe permitiu identificar quatro “longos séculos”, ou seja, períodos de mais de cem anos, praticamente superpostos, o que o faz, continuando Braudel, propor a existência de unidades temporais básicas para a análise dos processos de acumulação de capital.

¹¹⁵ “Muitos leitores ficarão intrigados ou até chocados com essas e outras omissões”. p. XII. Se bem que achamos que a relação de poder entre centro-periferia é abordada a contento pelo autor (principalmente em outros textos).

¹¹⁶ BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 67

¹¹⁷ Idem. *Ibidem*. p. 67-68

¹¹⁸ Toda vez que ocorre uma descentragem <<mudança de centro>>, opera-se uma recentragem, como se uma economia mundo não pudesse viver sem um centro de gravidade, sem um pólo. Mas essas centragens e descentragens são raras, o que as reveste de ainda mais importância.

¹¹⁹ Mas não nos alongaremos neste assunto aqui.

Centralizando redes de produção, comércio e poder, Gênova (do séc. XV ao início do XVII), Holanda (do fim do séc. XVI até a maior parte do XVIII), Inglaterra (da Segunda metade do séc. XVIII ao início do XX) e, finalmente os EUA (de 1870 até hoje) asseguraram para si, em cada momento, o comando da economia mundial. Em cada uma desses casos, a cada fase de expansão material precederam-se fases de expansão financeira, ambas formando, em conjunto, um “ciclo sistêmico de acumulação”.

Escreve ARRIGHI¹²⁰ que esses “ciclos sistêmicos de acumulação são processos ligados ao “alto comando” da economia capitalista mundial – o “verdadeiro lar do capitalismo” segundo Braudel¹²¹. E a dinâmica se dá(va) mais ou menos assim: “nas primeiras fases de cada ciclo, o capital coloca em movimento uma massa crescente de produtos – inclusive força de trabalho e bens naturais, transformados em mercadorias -, enquanto nas fases seguintes esse mesmo capital busca libertar-se de sua forma mercadoria, prosseguindo a acumulação, cada vez mais, através de mecanismos financeiros. É o “sinal de outono” de um ciclo sistêmico, que vem associado ao deslocamento do comando da economia mundial na direção de um novo centro hegemônico”.

“Esses ciclos descrevem, assim, a criação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes através dos quais a economia capitalista se expandiu, até ganhar uma dimensão global. Formaram-se, em seqüência, estruturas governamentais (...) Esse processo, no entanto, tem um claro limite intrínseco: o sistema mundial não pode expandir-se indefinidamente”.

E essa parece ser a grande tese do autor. Apresentando um todo lógico, no primeiro artigo da coletânea intitulada “*A ilusão do desenvolvimento*”, ARRIGHI convence a todos de que a crise vivenciada atualmente (uma crise de superacumulação) é de tão maneira grave (oriunda da anterior tentativa de salvar a capitalismo quando da Revolução Organizacional – crise de 50) que o impasse de acumulação da crise não apresenta nenhuma solução capitalista óbvia, de modo que dois cenários se colocam para o futuro: a 1ª de que o capitalismo seguiria a sua tendência e levaria a constituição de uma nova ordem via novos “acordos costumeiros” (o que atestaria que a atual crise ainda não chegou a níveis extremos) ou, a 2ª que diz que a Revolução Organizacional produziu nas zonas periféricas e semiperiféricas um ambiente hostil para a mais penetração capitalista, e rumaríamos para uma sociedade pós-capitalista.

Ainda que não se concorde com o otimismo do autor em denunciar o fim eminente do sistema capitalista, de seus ensinamentos o que interessa para o estudo que ora se faz é que a crise

¹²⁰ *Op. cit.*, p. XII

vivida pelo capitalismo contemporâneo tem sua origem no momento em que os ideais neoliberais ganham força no cenário internacional. E a partir de então é ele que, enquanto teoria, passa a orientar toda a reconfiguração do modo de acumulação capitalista.

2.3.2) As finanças como indústria

CHESNAIS, na obra *A mundialização da capital*, vai fazer uma análise da economia política do sistema capitalista nos dias atuais, *tendo como foco principal a análise da hegemonia do capital financeiro na mundialização do capital*¹²².

Tratar finanças como indústria significa, em última análise, que as finanças passariam a ser vista como sinal de pujança de um ente econômico, pensamento que surge primeiro nas empresas e depois é incorporado à racionalidade estatal no gerir da coisa pública. Esta maneira de encarar as finanças vai trazer conseqüências profundas nas formas de valorização do capital que conserva a forma de dinheiro, fazendo com que a mundialização financeira ganhe um movimento próprio:

“Qualificar finanças como “indústria” significa que “o comércio de dinheiro e valores é encarado como atividade transnacional, objeto de competição, no plano mundial, entre agentes que procuram explorar da melhor forma suas vantagens comparativas. Elas não são diretamente encaradas como meio de melhorar o processo de alocação dos recursos no exterior da economia (...), e sim – tal como uma indústria de exportação – de explorar um certo know-how, a fim de extrair uma parte da renda mundial” (Régner, 1988, p. 52-53). Em suma, essa esfera financeira é um dos campos de valorização do capital, que deve gerar lucros como em qualquer outro setor. O problema, de ordem macroeconômica e também de ordem ético-social, é que, devido às características próprias da moeda, tais lucros formam-se sucessivamente a transferências provenientes da esfera da produção, onde são criados o valor e os rendimentos fundamentais (salários e lucros)”¹²³.

Do que foi dito é importante reiterar duas questões: a primeira é notar que tal forma de tratar as finanças com indústrias é datado historicamente¹²⁴, coincidindo com todo aquele processo de financeirização da economia e crise nos países centrais (notadamente os Estados

¹²¹ Informação essa de valor inestimável para entendermos e traçarmos a direção das investidas dos países do centro (principalmente via organismos multilaterais) na tentativa de salvar/reestruturar o sistema capitalista.

¹²² “O autor procura mostrar, que apesar da estreita inter-relação entre as atividades produtivas, que criam valores, e as atividades financeiras, em que os capitais se valorizam, há desde o início da década de 80, um “notável aumento de importância das operações puramente financeiras dos grupos industriais” in prefácio de Ricardo Antunes.

¹²³ CHESNAIS. *op. cit.* p. 241

Unidos – onde não por acaso também surge essa forma de pensar); o outro ponto se refere ao fato de todo esse movimento ter sido concebido no mercado, “fora do Estado”, nas relações entre empresas (e aí trata-se de bancos, financeiras, multinacionais (num segundo momento) etc), até ser incorporado pela burocracia na gerir da coisa pública – e assim passava a não haver mais limites para captação de recursos orçamentários com a comercialização de títulos públicos, securitização e permissão dos derivativos nas transações financeiras, num todo onde a liberalização dos mercados passa a ser palavra de ordem.

Por isso no pensamento de CHESNAIS é importante seu conceito de *mundialização*, pois sobre ele vai traçar sua análise da configuração do capitalismo contemporâneo, deixando em evidência algo que não se pode perder de vista em qualquer análise de conjuntura: o papel exercido pelas empresas multinacionais¹²⁵ (com suas “companhias financeiras”¹²⁶) e fundos de pensão no jogo do poder global, influenciando em muito a própria decisão políticas dos governos nacionais¹²⁷, que acabam realmente tendo sua soberania muito reduzida (ou pelo menos relativizada) haja vista que, por exemplo, nem mesmo na questão básica de defender a sua moeda um país consegue se impor, por não poder competir com a vultuosas soma desses agentes financeiros que em determinados casos detêm ativos superiores a PIBs de vários países. Otávio IANNI, confirma este poder da esfera financeira ao defender que o poder político nacional “está cada vez mais controlado pelos mercados financeiros, no que podem e no que não podem fazer”¹²⁸.

¹²⁴ Surge nos EUA do pós-guerra, sendo depois adotada pela City, culminando nas transformações do *big-bang* de 1985-1986. CHESNAIS. *op. cit.* p.240.

¹²⁵ Ou transnacionais – como queiram.

¹²⁶ O que BRAGA chama de *non-bank-banks* a partir do momento em que passam a desenvolver seus negócios financeiros, na emissão de vários títulos, empréstimos (seja comercial ou ao consumidor) etc. E assim a concorrência financeira passa a ser vista como “superposta e conectada ao acirramento da concorrência industrial e comercial” – é o entendimento das finanças como indústrias. *Op. cit.* p. 220-222.

¹²⁷ De modo que alguns autores (talvez exagerando) chegam defender a tese do “fim do Estado nação”. Conferir. Na obra do professor Abili Lázaro Castro de LIMA intitulada *Globalização econômica, política e direito* (Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2002) onde temos uma bela introdução ao tema, com uma infinidade de indicações bibliográficas para um estudo mais aprofundado.

¹²⁸ IANNI, *op. cit.* p. 140.

Citando José Carlos de Souza Braga (*in A financeirização da riqueza*, Economia e Sociedade, nº 2, Instituto de Economia da UNICAMP, 1993, pp. 25-57, citação da p. 26), IANNI define a questão: “É importante que, mais do que nunca, no capitalismo contemporâneo as finanças ditam o ritmo da economia ... e, neste sentido, há um dominância financeira na dinâmica econômica. Então, neste contexto, compreenda-se que as mudanças nas finanças têm constituído uma dinâmica internacionalizada, calcada numa verdadeira macroestrutura financeira, de âmbito transnacional ... (...) A dinâmica financeira – a *financeirização* – é expressão geral das formas contemporâneas de *definir, gerir e realizar riquezas no capitalismo* (grifo nosso). Por dinâmica financeira apreende-se inclusive

Para o autor francês a expressão mundialização do capital¹²⁹ “é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês “globalização”, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais”, o mesmo valendo para as esferas financeiras”¹³⁰.

A mundialização de que trata não coincidiria com neoliberalismo, sendo o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. De um lado pode ser considerada como a mais longa fase de acumulação que o capitalismo conheceu desde 1914¹³¹. De outro conflui com as políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, aplicadas como modelo ao mundo ocidental evoluído desde o início das décadas de 1980 pelos governos de Thatcher (na Inglaterra) e Reagan (nos EUA). Assim, a atual configuração do padrão sistêmico do momento histórico atual não deixa de ser entendido como inerente ao processo de financeirização, já presenciado no início do século XX e “domado” pelo Sistema de Bretton Woods, conjugado com a implantação das políticas neoliberais desde a década de 1970.

No primeiro capítulo tratou-se do rompimento da ordem econômica firmada após a II Guerra Mundial, e estabelecimento de uma nova. Dá-se aqui mais um elemento de fundamento dessa virada proporcionada pelo capital internacional, empreitada que tem nas estruturas do Estado Providência os grandes entraves a serem combatidos. Segundo o autor francês três seriam os elementos constitutivos no estabelecimento da mundialização financeira, reflexo da grande reviravolta que EUA e Inglaterra faziam na alteração do sistema estabelecido em Bretton Woods. 1) Desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, 2) desintermediação e 3) abertura

conceitualmente, o fato de que todas as corporações – mesmo as tipicamente industriais, como as do complexo metalmeccânico e eletroeletrônico – têm em suas aplicações financeiras, de lucros retidos ou de caixa, um elemento central do processo de acumulação global de riqueza”. *op. cit.* p. 57

¹²⁹ Lembrem-se de que quando o autor fala em *mundialização* quer fazer entender uma “nova configuração do capitalismo mundial e (...) mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação”, na qual as grandes vedetes são as multinacionais e, mais recentemente, os fundos de pensão. CHESNAIS. *A mundialização financeira...* p. 13 e ss.

¹³⁰ CHESNAIS. *A mundialização financeira...* p. 17

¹³¹ “A capacidade intrínseca do capital monetário de delinear um movimento de valorização “autônomo”, com características muito específicas, foi alçada pela globalização financeira a um grau sem precedentes na história do capitalismo. As instituições financeiras, bem como os “mercados financeiros” (cujo operadores são mais fáceis de identificar do que faz supor essa expressão tão vaga, erguem-se hoje como força independente todo-poderosa perante os Estados (que os deixaram adquirir essa posição, quando não os ajudaram), perante as empresas de menores dimensões e perante as classes e grupos sociais despossuídos que arcam com o peso das “exigências dos mercados” (financeiros)”. In CHESNAIS. *A mundialização do capital.* p. 239. (grifo nosso)

dos mercados, que num unísono passaram a orientar os programas de ação de uma infinidade de governos. Deixava-se para trás o esquema que por longos trinta anos garantiram uma estabilidade e crescimento econômico nunca vistos. Deixava-se para trás o *Welfare State*, as rédeas que garantiam um quê de sociabilidade a um sistema de luta onde o mais forte devora o mais fraco, e o capitalismo libertava-se de suas amarras¹³².

2.2.3) “Keynesianismo e a contra-revolução monetarista”

Na análise do neoliberalismo, passa-se agora a analisar sua íntima ligação com as idéias *monetaristas*, no confronto aberto com a teoria keynesiana. Importante notar a influência do pensamento de Milton FRIEDMAN, e assim da Escola de Chicago¹³³, na estratégia da elite mundial em reverter a conjuntura de crise das últimas décadas do século XX numa nova ordem na qual pudessem continuar se beneficiando – haja vista o aumento, do já imenso, abismo entre ricos e pobres, tanto no confronto entre Norte/Sul como também no interior das nações capitalistas.

A contra-revolução monetarista, como ver-se-á, opera uma verdadeira “revolução paradigmática” - no sentido kuhniano¹³⁴ -, uma vez que modifica o modo dos cientistas analisarem a macroestrutura econômica, *modifica o modo dos cientistas econômicos enxergarem o mundo* – da mesma maneira que J. M. KEYNES o fizera quando da sua *Teoria Geral*¹³⁵ –, e, em detrimento do pleno emprego, passa a inflação a ser a questão central dos debates econômicos, numa economia concebida como uma ciência social pautada de um objetivismo pleno (de grande orientação positivista – é a *positive economics* friedmaniana).

¹³² MARTIN, com base nos estudos do economista e historiador norte americano Edward Luttwak, vai tratar desse modelo ainda hoje em construção como “*turbocapitalismo*”. Vide *op. cit.* p. 253. “A globalização acelera as mudanças estruturais de um modo que mais e mais pessoas não conseguem acompanhar (...) A dinâmica atual exige demais de todos – não só dos simples cidadãos, mas também dos supostamente invulneráveis *global players*”.

¹³³ Daí a expressão “*chicago boys* de Friedman”, alcunha daqueles que têm esse pensador como o seu grande mestre.

¹³⁴ Sobre as estruturas das revoluções científicas vide T. KUHN. *op. cit.*

¹³⁵ “É Keynes quem comenta: “Os teóricos da escola clássica parecem geómetras euclidianos que, encontrando-se num mundo não euclidiano e verificando que, de facto, as linhas rectas que parecem paralelas se cortam frequentemente, criticassem as linhas por não serem rectas, sem ver que outro remédio paras as desencontradas intersecções que se produzissem. Na verdade não há outro remédio senão rejeitar o postulado de Euclides e pôr de pé uma geometria não euclidiana. Uma porção deste género é hoje necessária no domínio da ciência económica” - com *apud* em Avelãs NUNES. *O keynesianismo ...* p. 175-176

NUNES vai deixar claro que é interessante tratar dos pressupostos monetaristas fazendo o contraponto com a teorização keynesiana “uma vez que o novo monetarismo se define quase sempre como reacção ao keynesianismo e às políticas nele inspiradas”¹³⁶. “E como o monetarismo actual retoma muitas das teses e princípios contra os quais se fez a ‘revolução keynesiana’, pareceu-nos útil por vezes, demarcar devidamente as concepções keynesianas das teorias neoclássicas, para que ficasse mais em evidência o sentido da “contra-revolução monetarista”¹³⁷ – era esse o grande esforço de FRIEDMAN no intuito de reelaborar a teoria quantitativa da moeda e trazê-la novamente à “respeitabilidade profissional”, como ele próprio dizia¹³⁸.

Sendo o interesse em expor essa polémica não outro senão buscar os fundamentos da doutrina neoliberal, a dimensão teórica de cada uma das teorias, bem como a dinâmica histórica de superação da tradição keynesiana, será feita de modo bastante sintético.

A crise profunda em que tinha mergulhado o mundo capitalista ao final da década de 1920 e as negras perspectivas que então se perfilavam acerca do seu futuro permitiram a Keynes rever os pressupostos da ciência econômica de sua época e desmistificar o otimismo que se tinha criado sobre a teoria quantitativa da moeda, na resolução dos problemas do ciclo econômico nas economias capitalistas – isso de certa forma é bem compreensível, pois até a Grande Depressão de 1929, vinte anos tinham se passado num período de desenvolvimento sem crises, especialmente nos EUA. “A notória incapacidade da teoria econômica até então dominante para

¹³⁶ NUNES. *O keynesianismo...* p. 7

¹³⁷ Idem. Ibidem. Note que aqui trataremos dessa questão no estrito ponto que nos interessa, podendo àqueles que o tema interessar consultar na íntegra esse livro do professor AVELÁS NUNES bem como as essenciais obras do Lord John M. Keynes (principalmente sua Teoria Geral) e Milton Friedman, o grande mentor da Escola de Chicago e também ganhador do Nobel de Economia.

¹³⁸ Neste sentido reitera-se (além de esclarecer em minúcias) uma afirmação constante no item primeiro deste capítulo ao tratar dos pressupostos filosóficos do neoliberalismo; com base em Eric TOUSSAINT afirmou-se que o pensamento liberal da atualidade, remontando uma síntese neoclássica, teria no pensamento quantitativo um dos seus fundamentos. Confirma-se isso com base nos próprios teóricos neoclássicos, que além de deixarem as claras essa herança à uma teoria que se mostrou falha já início do século passado, não se intimidam em tratar dessa investida como uma verdadeira contra revolução:

“HAYEK defendia que “a nova designação monetarismo significa certamente não mais do que a boa velha designação ‘teoria quantitativa da moeda’, tal como ela foi formulada nos tempos modernos pelo falecido Professor Irving Fisher e reformulada pelo Professor Milton Friedman”.

Em 1982, o próprio Friedman escrevia: Pessoalmente não gosto da designação ‘monetarismo’. Preferia falar simplesmente de teoria quantitativa da moeda”. E Mark Blaug respondia assim, em 1985, à sua pergunta sobre o que é um monetarista: “É alguém que acredita na teoria quantitativa da moeda”. Citado por NUNES. *O keynesianismo...* p. 140-141

explicar as dificuldades sentidas e para apontar soluções credíveis para a crise permitiram a Keynes ‘culpar’ a teoria económica clássica de todos os males”¹³⁹.

A teoria keynesiana, então, se punha em choque direto contra os pressupostos e conceitos fundamentais do pensamento quantitativista:

a) Se na teoria quantitativa da moeda tinha-se como pressuposto a validade da lei de Say e a idéia de que a economia funciona permanentemente nas condições de pleno emprego, com Keynes tem-se a negação da validade da lei de Say e a defesa da possibilidade (“bastante forte”) de as economias registrarem situações de equilíbrio com desemprego.

b) Se para os quantitativistas a moeda seria neutra no sentido de que as forças reais da economia atuariam por detrás desse véu, como se a moeda não existisse, – no que se chama de *dicotomia clássica*; com Keynes há a negação dessa dicotomia, introduzindo a moeda na teoria geral da produção e do emprego, “ultrapassando o seu entendimento como simples intermediário nas trocas e pondo em relevo a função da moeda como reserva de valor”.

c) Enquanto os quantitativistas clássicos privilegiavam a ótica de longo prazo e colocavam a questão do valor da moeda (ou do “nível geral dos preços”) no centro de suas análises; Keynes vai tratar do problema do emprego (“ou do desemprego”) como a questão maior a ser resolvida, numa lógica, essencialmente, de curto prazo (fruto dos problemas urgentes que deveriam ser enfrentados – adiante ver-se-á que isto acaba sendo usado na crítica dos monetaristas, por ser um ponto negativo)¹⁴⁰.

E dessa maneira, Lord Keynes elabora uma interpretação não monetária da depressão; estava criado um instrumental teórico que até hoje influencia o pensamento de vários setores da sociedade. Ao compreender a importância do Estado como agente econômico nas sociedades capitalistas na naquele momento histórico e deixar incontestado no meio científico (e político também) sua intervenção no domínio econômico, Keynes promove a sua verdadeira revolução – resta também lembrar que como reação contrária aos pressupostos da teoria clássica em solucionar ‘os problemas econômicos do mundo concreto’, ganhavam corpo na Alemanha Nazista e no *New Deal* norte americano iniciativas intervencionistas, que com Keynes passavam a serem dotadas de um vigoroso aporte teórico.

¹³⁹ NUNES. *O keynesianismo...* p. 175

¹⁴⁰ Esse é um roteiro do processo da Revolução Keynesiana. Recomenda-se para um maior aprofundamento senão a leitura da *Teoria Geral* de Keynes, ao menos a obra aqui utilizada de Avelãs NUNES – principalmente os itens 1, 4,5, 7, 12, 13, 14 e 22.

Em resumo, pode-se dizer que o grande mérito de Keynes foi o de ter compreendido que a ciência econômica não pode ficar imune aos concretos conflitos sociais que se desenrolam na sociedade em cada momento e que o concreto entendimento da dinâmica das economias capitalistas não pode confinar-se ao estudo do *homo economicus*, antes deve integrar nas suas preocupações a análise das instituições sociais e políticas enquanto expressão das forças econômicas em presença¹⁴¹.

Depois da conclusão de que a Crise de 1929 não podia ser explicada em termos monetários, o capitalismo ganha uma nova forma, uma nova pujança, cujos contornos já foi traçado neste texto¹⁴². Até o início da década de 1970 tal forma de pensamento se mantinha intocado, apesar de todas as críticas, que por obra dos autores liberais contemporâneos sempre se fizeram presentes.

O fim da Era de Ouro, sobre a perspectiva do debate que aqui se propõe (que enche de sutileza a discussão) pode ser explicado assim:

Sobretudo, a partir de 1970/71, as economias capitalistas desenvolvidas (particularmente os EUA e a Grã-Bretanha), em vez da correlação negativa entre a inflação e o desemprego (introduzida pela Curva de Phillips), começaram a apresentar situações caracterizadas por um ritmo acentuado de subida dos preços (inflação crescente), a par de (e apesar de) uma taxa de desemprego relativamente elevada e crescente (a reflectir uma fraca pressão da procura global relativamente à capacidade de produção) e de taxas de decrescentes (por vezes nulas) de crescimento no PNB. Tornava-se claro que a simples manutenção dos níveis de emprego só era possível à custa de uma inflação em ritmo crescente.

Começava a era da *estagflação*¹⁴³ (coexistência da inflação e da depressão econômica), e com isso o início da “correção da rota” pelas idéias liberais, que ganhava substância naquilo que se denomina a contra-revolução monetarista. Era a vez de se pôr em xeque o otimismo que as políticas keynesianas trouxeram na resolução dos ciclos econômicos que por Trinta Gloriosos Anos trouxeram estabilidade ao sistema.

Com a incapacidade em solucionar o problema da *estagflação* os críticos conseguem fazer com que o keynesianismo perca a influência que conquistara. E “as teses monetaristas encontravam um ambiente favorável à sua afirmação contra as teses e políticas keynesianas, obrigando a questionar as ‘verdades’ da ortodoxia keynesiana reinante”¹⁴⁴.

¹⁴¹ NUNES, *O keynesianismo...* p. 13

¹⁴² Vide *supra* os comentários sobre a Era de Ouro.

¹⁴³ NUNES, *O keynesianismo...* p. 25

Não conseguindo as medidas de inspiração keynesiana dar conta da conjuntura de uma inflação crescente, os monetaristas conseguiram¹⁴⁵ fazer da *inflação* o inimigo principal a ser combatido, e fizeram dela o núcleo das preocupações político-econômicas, tal como J. M. KEYNES fizera no tocante ao desemprego.

Firmado este quadro teórico (e histórico) da tomada e queda do keynesianismo da hegemonia no pensamento econômico, é chegada a hora de tratar do significado dessa “contra-revolução” monetarista na formatação do neoliberalismo e do mundo capitalista contemporâneo.

De pronto remete-se (mais uma vez) a uma questão que na argumentação traçada até aqui tem imensa importância, qual seja o abandono dos Acordos de Bretton Woods: explicado nessa polêmica, pelo fato de que as autoridades dos vários países terem compreendido que, continuando a manter o sistema de taxas de câmbio fixas, não poderiam controlar variáveis tão importantes politicamente como a inflação interna e o desemprego.

Interessante notar que, já neste momento, quem se pronuncia são os próprios arautos do monetarismo como porta vozes do discurso oficial de estado¹⁴⁶ – o que tem uma significância enorme, pois começa a ganhar corpo projetos concretos de modificação da ordem econômica mundial, levada a cabo pelos países ricos (e também pelos organismos multilaterais a partir de um determinado momento, comoveremos no capítulo seguinte) – naquilo que sem sombra de dúvida pode se nomear *discurso neoliberal*.

“As medidas adoptadas pela Administração Nixon em Agosto de 1971, deixando para trás os Acordos de Bretton Woods, significaram, ao fim e ao cabo, a adopção da prescrição monetaristas das taxas de câmbio flutuantes entre os EUA e os seus parceiros comerciais e constituem um marco na virada operada em favor do monetarismo”¹⁴⁷.

¹⁴⁴ NUNES. *O keynesianismo...* p. 29-30

¹⁴⁵ “E não há dúvida de que os adeptos do monetarismo souberam responsabilizar por essas dificuldades o keynesianismo e as políticas keynesianas, acusadas de ‘produzirem’ a inflação ao persistirem indefinidamente taxas de emprego politicamente toleráveis, em vez de deixarem que o jogo das forças de mercado estabelecesse (ou restabelecesse) o pleno emprego. E souberam colher em seu proveito frutos de uma década decepcionante, que terminava com largos sectores da opinião pública imputando à inflação e o keynesianismo todos os males do mundo”. In NUNES. *O keynesianismo...* p. 31

¹⁴⁶ Como David LAIDER, citado por Avelãs NUNES. *O keynesianismo...* p. 29

¹⁴⁷ NUNES. *O keynesianismo...* p. 28. “É que o próprio facto do abandono dos Acordos de Bretton Woods pode ter ajudado ao êxito do ideário monetarista em certas esferas, designadamente nos meios ligados aos bancos centrais. Com efeito, aparecem hoje com muita frequência nos relatórios dos bancos centrais propostas que apontam para a conveniência de serem fixadas regras ou metas para o crescimento dos agregados monetários (...) Abandonado há muito o padrão-ouro e esgotada a possibilidade de sobrevivência daqueles Acordos, as metas sobre a quantidade de moeda – cuja necessidade e legitimidade os monetaristas procuram demonstrar, no plano prático – tornaram-se nos

E realmente as taxas de câmbio flutuantes passaram a ocupar um papel de destaque dentro do espectro financeiro que ainda se constrói, e não á toa é elemento obrigatório no programa de ajuste estrutural impostos aos países inseridos na mundialização financeira¹⁴⁸.

Mas qual o papel de Milton FRIEDMAN na construção do pensamento neoliberal a que tanto se chamou a atenção no início deste item? O que defende tal pensador?

Como ver-se-á, ele ocupa um papel central.

Até mesmo vários “associados” a Sociedade de Mont-Pèlerin remetem à FRIEDMAN destaque nesta cruzada de recuperar no âmbito científico e da opinião da pública mundial o prestígio do pensamento liberal – nesse sentido insere-se sua teoria monetarista, hoje fortemente ligada à tradição da Universidade de Chicago. E o fato de em 1976 ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia soa como uma consagração a seus esforços de (re)erguer o pensamento quantitativista ao *status* de hegemônico.

Na verdade “Friedman fez reviver a crença pré-keynesiana na estabilidade automática do sistema”. Já nos anos trinta e quarenta insistia-se em que a moeda é importante, inspirando-se no que vai chamar de tradição oral de Chicago, tendo como base de seus estudos a reformulação da teoria quantitativa da moeda. NUNES¹⁴⁹ vai dizer que a teoria amadurecida do monetarismo, já que não se poderia refutar o ambiente novo potencializado pela “revolução keynesiana”, esta foi exposta por FRIEDMAN em 1967 na sua *Presidential Adress à American Economic Association*, “texto que constitui o manifesto formal daquilo que o próprio Friedman chamaria a *contra-revolução na teoria monetária*”. Sempre presentes em sua metodologia e argumentação esteve a proposição de se estruturar um quadro teórico que dê sentido às suas análises empíricas¹⁵⁰.

novos veículos de disciplina, na nova ortodoxia de que os responsáveis pelos bancos centrais carecem para se defenderem das pressões políticas a que estão sujeitos”.

O que só vem confirmar a idéia anteriormente exposta das finanças passando a serem vistas como indústrias.

¹⁴⁸ Joelmir BETING (em artigo para a Gazeta do Povo em 13-17/03, p. 27), apenas para reforçar o quão perto do nosso dia-a-dia está a variação das taxas de câmbio, escreve que “da satanização do candidato Lula à beatificação do presidente Lula, o mercado cambial precisou de apenas 15 meses para deslocar o dólar de R\$ 2,30 para R\$ 4,00 e de R\$ 4,00 para R\$ 2,80”. E que EUA e União Européia tentam obrigar a China à abertura cambial tempestiva. A grande diferença, e com isso voltamos à discussão do capítulo I, é que as reservas chinesas acabam de furar as barreiras dos US\$ 300 bilhões, enquanto nós viramos o primeiro semestre de 2003 com reservas abaixo de US\$ 20 bilhões.

¹⁴⁹ NUNES. *O keynesianismo...* p. 38-46

¹⁵⁰ Tanto é que FRIEDMAN chega a afirmar que “as questões postas à teoria quantitativa da moeda pela *General Theory* são porém, (...) questões empíricas e não teóricas” justamente por que Keynes não foi capaz de isolar em seu pensar “realmente, os fatores-chave na mudança económica de curto prazo”. Vide NUNES. *O keynesianismo...* p. 210-211.

A despeito de toda sua construção teórica, vale aqui apenas destacar os seus efeitos na teoria monetária de 1968 para cá (e como consequência para a história do mundo), no sentido que é nesta época que se dá os contornos finais ao programa de ajuste estrutural: a incorporação da noção friedmaniana de *taxa natural de desemprego* e a sua interpretação da Curva de Phillips no pensamento econômico a orientar as políticas financeiras trouxe como consequência o dogma da *inflação* como o mais grave problema que se levanta às economias capitalistas. Considerando também que ela se tornaria a mais importante fonte de perturbações políticas em todo o mundo, motivo suficiente e necessário para se adotar com urgência medidas capazes de acabar com esse flagelo, “antes que ela acabe com a *free society*” ou destrua “a *market order* e substituí-la por um sistema comunista ou por outro sistema totalitário”¹⁵¹.

Pronto, admitindo-se a inflação como o problema número um a ser combatido, e esta, segundo os dogmas quantitativistas, ser oriunda da variação dos preços (que tendem a seguir a quantidade de moeda em circulação), está criada a base teórica para a retirada do Estado da economia como agente direto de implementação de atividades no campo econômico. Com o monetarismo tem-se mais argumento a afirmar que seria o Estado o maior vilão da desorganização da “ordem” uma vez que não teria outro ente que tanta moeda despejaria na economia (via políticas sociais), sendo o maior responsável pela variação dos preços, ou seja, em última análise, pela inflação.

Daí para frente as transformações no mundo ficam a cargo das agências responsáveis pelo estabelecimento dos ajuste macro estruturais, com seus *think tanks* sem fronteiras para construir a sua sociedade dos sonhos.

2.3) Neoliberalismo na Mundialização financeira

Frederico Novel U.¹⁵² defende que o neoliberalismo se define como política econômica na proposição do *Estado Mínimo*¹⁵³, de modo a instaurar a proposta de exigência de cada vez ‘mais mercado e menos Estado’.

¹⁵¹ Como primeiro defende FRIEDMAN e depois HAYEK. In NUNES. *O keynesianismo...* p. 288.

¹⁵² U., Frederico Novelo. Estado Keunesiano e Estado Neoliberal. In: *Estado e Políticas sociais no neoliberalismo*. Ana Cristina Laurrel (org) (trad. Rodrigo León Contrera). 2. Ed. São Paulo: Cortes, 1997. p. 67.

¹⁵³ “...normativo e administrador, que não interfere no funcionamento do mercado, já que sua intervenção, além de deformar os mercados de fatores, produtos e ativos, geraria espirais inflacionários, segundo a lógica do conservadorismo neoclássico”. In Frederico Novelo U. *op. cit.* p. 68

Ainda que possa haver crítica a essa posição doutrinária, pois para garantir o interesse do capital financeiro as reformas estruturais vão muito além do desmantelamento do Estado, algo de essencial emerge dessa afirmação: desmontar o pesado Estado de Bem Estar Social passa a ser tarefa obrigatória¹⁵⁴.

Identificar o neoliberalismo como política econômica a eliminar o Estado Interventor é, sem dúvida, dar conta de apenas uma parcela da questão, mas suficiente para se perceber quão próximo este movimento está do processo de mundialização financeira. Desmantelamento do Estado e liberalização dos mercados de capitais são problemáticas intimamente ligadas com o novo modo de acumulação do capital, de modo que fica até complicado delimitar onde acaba uma coisa e começa outra, quem é causa e quem efeito etc.

Assim, tal como ensina FEIJÓ, considera-se neoliberalismo como o *momento da política econômica aplicada nas fases de crise e recessão, e que obedece a determinadas características na conformação de padrão de acumulação*; desse padrão cuidou-se no capítulo primeiro e de tais características (essas constantes nos programas (“recomendações”) dos organismos multilaterais àqueles que a eles recorrem – fundamentalmente do Fundo Monetário e Banco Mundial) tratar-se-á logo adiante

Percebam que com essa postura, não se quer negar a direção apontada no primeiro item do presente capítulo, de se poder enxergar no neoliberalismo uma ideologia, uma *filosofia* econômica que tem no individualismo, liberalismo e livre movimento dos mercados suas bases principais, chegando ao exagero de muito se aproximar de um dogmatismo exacerbado. O problema que se põe nesta perspectiva é a dificuldade de se achar um núcleo, um princípio unificador, que garanta unidade sistêmica a uma *filosofia* neoliberal. Como viu-se, o mais correto seria falar em neoliberalismos. São variadas as correntes do pensamento liberal. Outro argumento, levantado por FEIJÓ, para se considerar mais consistente o debate sobre a tal doutrina no âmbito das políticas econômicas, ao invés do seu lado filosófico, é o fato de que numa análise histórica dos fatos econômicos muito pouco se mantém de pé nas grandes contradições dos axiomas e teoremas da filosofia neoliberal¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Notem que mesmo no já tradicional *Almanaque Abril* o verbete “neoliberalismo” assim inicia: “A expressão é usada para designar as *políticas econômicas* com ênfase no livre mercado que vêm sendo adotadas pela maioria dos países”. Na internet: www.almanaqueabril.uol.com.br - o grifo é nosso.

¹⁵⁵ FEIJÓ, *op. cit.* p. 13 “Por exemplo: i) a economia capitalista é claramente instável e de modo algum assegura o pleno emprego (...). ii) o funcionamento espontâneo do sistema não reduz, mas, ao contrário, *acentua* a desigualdade na distribuição de renda; iii) as economias não reguladas crescem bem menos que as reguladas”.

Das políticas econômicas do neoliberalismo também é difícil encontrar esse núcleo que lhe garanta unidade, pois em cada país tal projeto é implementado de uma determinada maneira, fruto de suas especificidades, como por exemplo ter ou não ter sido uma colônia no passado, existência de uma democracia consolidada etc. Diante disso, todavia, adota-se a tese de que no *Consenso de Washington* pode-se auferir uma série de medidas, principalmente no que se refere ao Terceiro Mundo, que no campo político-econômico são adotadas como receita para ajuste estrutural em muitos países.

Por fim, e mais uma vez com o apoio do grande Professor latino-americano:

“Esperamos que o leitor não esqueça esta delimitação da categoria neoliberal, pois do contrário, haverá margem para muitas confusões, além de obstáculos para uma discussão precisa das hipóteses <<ainda>> a serem desenvolvidas. Poderíamos exemplificar o ponto assim: a sra. Thatcher é uma fervorosa adepta da filosofia neoliberal e, durante seu governo, a economia da Inglaterra “avançou” em direção ao estilo econômico neoliberal. Tudo isso é verdadeiro, mas, de agora em diante, ao falar de modelo neoliberal, *não* estaremos pensando nessas realidades, mas naquelas próprias da América Latina, que, primeiramente iremos localizar e, depois, descrever”¹⁵⁶.

Fica aí tal apenas para efeito de citação, pois não é fato de determinadas premissas se mostrarem “equivocadas” que elas não existirão. É não raro se mostrarão “equivocadas” por serem contraditadas por uma teoria (ideologia) de matriz bem diferenciada, sendo difícil falar em “certo” ou “errado” ou algo do gênero.

¹⁵⁶ FEIJÓ, *op. cit.*, p. 14

Capítulo III

As práticas neoliberais

“O Estado que tudo prometia e pouco cumpria é deslegitimado para legitimar um Estado que tão pouco promete e, por isso, aparenta tudo cumprir”.
(Manoel Eduardo Alves de Camargo e Gomes)

3.1) Programa de ajuste estrutural

Firmado a gênese da doutrina (neo)liberal, bem como da maturação da lógica financeira como padrão de acumulação sistêmica no modo de produção capitalista, é chegado o momento de tratar daquela faceta que foi ressaltada como importante e caracterizadora do neoliberalismo, ou seja, como política econômica. Pois é como política econômica a ser implementada que garante a máxima do “mais mercado e menos Estado”. Trata-se da doutrina neoliberal como “programa de ajuste estrutural”, delineado com a crise capitalista na década de 1970 (na forma de ajuste global), e que teve na América Latina sua implantação a partir de década de 1980 com a Crise da Dívida e incorporação subordinada à “onda” da mundialização financeira.

Quanto ao termo “programa de ajuste estrutural” importa desde já colocar em questão a amplidão do ajuste global no sistema capitalista a partir de 1970, primeiramente aplicado como experimento no Chile do ditador PINOCHET, para depois ser levada a cabo pelo Reino Unido da dama de ferro de Margareth TATCHER e os EUA de Ronald REAGAN (no primeiro muito mais que no segundo), para na seqüência ser disseminada pelo mundo como solução única á crise que se vivenciava.

O giro neoliberal fez nascer um conjunto coerente e homogêneo de receitas, *aproximadamente* as mesmas para o Norte e para o Sul¹⁵⁷. Seriam recomendações de políticas econômicas dirigidas tanto aos países industrializados, como para os do Terceiro e “Segundo” mundo.

Algo que vem a reforçar ainda mais o entendimento de que deve ser diferenciado o enfoque do neoliberalismo dependendo do contexto em que se está tratando, é que o próprio programa de ajuste estrutural adota diferentes posturas frente a países ricos e pobres, ainda que seja tido como um conjunto “coerente e homogêneo” de normas. *Enquanto no Norte trata de romper com a tradição de um Estado do Bem Estar Social tidos atualmente como “empecilhos”*

¹⁵⁷ TOUSSAINT, *op. cit.*, p. 197

à acumulação capitalista, no Sul não é toda e qualquer intervenção estatal que é alvo das “cartas de intenções”. Ainda assim, nota-se que a figura do Estado tem um papel central nos programas de ajuste neoliberal.

NEGRÃO comenta isso, defendendo que, na verdade, o programa de ajuste estrutural representaria no contexto da América Latina um pano de fundo diferenciado em relação às mudanças implementadas nos países centrais, pois aqui quando muito se teria arremedo de Estados de Bem Estar, representando na verdade “o mesmo movimento de contra ataque do capitalismo em relação às conquistas dos trabalhadores”¹⁵⁸.

São os organismos multilaterais como o FMI e Banco Mundial que passam a se encarregar da divulgação, implementação, avaliação e controle das reformas contidas em tal programa. É claro que a intensidade da ingerência varia de país para país, principalmente no tocante ao descompasso de poder entre os países ricos e pobres, é claro que não é de se esperar que o grau de intervenção das decisões da OMC ou deliberações do FMI nas políticas governamentais seja a mesma nos Estados Unidos como é no Brasil ou Argentina.

Um estudo interessante, que por si demonstra essa hierarquia no plano internacional, é o levantamento histórico dos debates travados em Bretton Woods sobre qual seria o formato e papel das entidades internacionais que se pensava criar para melhor estruturar a economia mundial. Vê-se que Keynes, por exemplo, defendia uma proposta bem diferente daquela defendida pela delegação norte-americana – que acabou por ser vitoriosa. No caso do FMI, a definição das cotas partes para cada associado e do exercício do direito de retirada no sistema formal de decisões, comprova de maneira cabal a desigualdade de poder entre Estados Unidos e Alemanha (só para citar alguns) e os outros países membros. Fica então a insinuação de que a FMI, Banco Mundial e o próprio BIRD (e por que não se falar da ONU?), por questão de princípio, estão vinculados aos interesses daqueles que até aqui se comportam como os ganhadores da história.

Nos estatutos do FMI, por exemplo, encontra-se a seguinte princípio: é “preciso favorecer o crescimento equilibrado do comércio internacional” sendo que tal entidade deve “adotar políticas que visem a ajudar seus membros a resolver problemas de balanços de pagamentos a resolver seus problemas da balanço de pagamentos e que ele tomará medidas

¹⁵⁸ NEGRÃO. *op. cit.* p. 43. “Em suma, aqui na América Latina o conservadorismo propõe discussões e modelos pós-welfare para sociedades que nem sequer se aproximaram daquela configuração no que diz respeito a direitos sociais e distribuição de renda e onde, ao contrário, o Estado tem servido historicamente mais aos interesses das classes dominantes, associadas-dependentes ou não do capitalismo mundial, do que aos setores subalternos”.

apropriadas para o uso temporário que será feito de seus recursos”. Ora, numa realidade em que sempre haverá países que importam mais que outros os empréstimos externos (que aumentam ainda mais a dívida desses países), as políticas de intervenção serão uma constante para a manutenção do citado equilíbrio e, não acarretar a exclusão de uma nação nas trocas internacionais; na medida em que a aceitação de acordos de estabilização econômica passa a ser condição para a obtenção dos essenciais empréstimos abre-se caminho para uma legitimação para intervenção nas políticas econômicas dos países tomadores. E como regra, o início da aplicação das reformas é exigido antes que o empréstimo de ajuste seja negociado, num processo que se chama de “programa secreto do FMI” (no intuito de vir mostrar, ou não, a boa vontade e engajamento de um governo em fazer parte daqueles das reformas estruturais), fica patente a tensão existente nessas relações, acrescido do fato de que, ainda, as parcelas da “ajuda” podem ser suspensa caso alguma meta a ser cumprida diferir em muito do estipulado.

Eric TOUSSAINT sobre isso vai dizer:

“Os empréstimos das instituições financeiras internacionais (inclusive os bancos de desenvolvimento ligados ao Banco Mundial) são concedidos sob a forma de um apoio ao balanço de pagamentos, isto é, constituem em capitais emprestados a curto prazo para financiar importações ou para reembolsar dívidas. Estes empréstimos são invariavelmente acompanhados por condições que impõem uma determinada política a ser seguida. Em outras palavras, estes empréstimos de caráter público são concedidos pelas instituições com a condição de que o governo nacional adote um programa de estabilização e de reformas de estrutura econômica, de acordo com a exigência do prestador”¹⁵⁹.

Chega a fazer referência a uma divisão de tarefas entre o Banco e o Fundo Monetário, aquele se encarregando do processo de reforma estrutural, com o envio de missões técnicas ao país e se fazendo nele representar (estando presentes inclusive em Ministérios do governo); e ao FMI na definição das negociações-chave de política estrutural, tendo como preocupações maiores a taxa de câmbio e o déficit orçamentário.

O programa de ajuste estrutural, num conjunto de política a serem implementadas pelos governos nacionais, acaba por ser imposto aos países pobres que para se manterem “vivos” no comércio internacional são obrigados a ‘honrarem com suas obrigações’, o que não fazem sem auxílio externos dos organismos internacionais. Seguir o receituário que tem na figura do Estado o maior inimigo – no que o discurso oficial chama de ‘destruição criadora’- torna-se dever de casa obrigatório.

¹⁵⁹ TOUSSAINT, *op. cit.*, p. 200 e ss.

3.2) Consenso de Washington

Concorda-se com a tese de que a política econômica conhecida como neoliberalismo no experimento político-ideológico latino americano (num primeiro momento, para depois se tornar mundial) está consubstanciado no que foi chamado de *Consenso de Washington*. Ainda que não se possa concordar com o conteúdo de tal programa, que seus pressupostos e fins neguem a sua própria experiência concreta (pois com salientado, ainda não se via a implementação de um neoliberalismo “pura e duro”) e que venha a generalizar um conjunto de medidas a realidades nacionais tão distintas entre si, é necessário – até para que se possa confrontá-lo – não negar sua existência e conhecer o substrato em que se pauta as políticas de estabilização e de ajuste.

É então no Consenso de Washington que se centra a análise do que seja o projeto neoliberal. Tendo nascido do debate acerca das práticas de “ajuste” na América Latina no âmbito da mundialização financeira, como marco regulatório e elemento ideológico, o Consenso é de suma importância para uma investigação teórica, tendo em vista que passa a orientar as reformas em países nos quatro cantos do mundo.

Tratar do “Consenso” é tratar do conjunto de teses acadêmicas de defesa intransigente do mercado desregulamentado, em conformidade com a mais perfeita tradição dos teóricos clássicos do liberalismo econômico. Nesse contexto, lida-se com um pacote muito característico de medidas e diretrizes de política econômica, tais como: redução das despesas e do déficit público, liberalização dos preços, restrições no crédito e elevação das taxas de juros, desvalorização da moeda, flutuação cambial e liberalização do mercado – o que ressalta a influência do monetarismo como teoria do neoliberalismo como apregoa VILLAREAL¹⁶⁰.

O fundamento para a implantação deste conjunto de medidas foi, no âmbito do Terceiro Mundo, dado pela grave situação de crise de insolvência dos países da periferia do sistema capitalista na década de 1980 com a Crise da Dívida Externa, inflação galopante (que havia se tornado inercial por meio de mecanismos formais ou informais de indexação) e interesse das grandes potências em conquistar novamente uma previsibilidade e segurança em seus “negócios” (e para isso a importância de se homogeneizar as políticas econômicas do Terceiro Mundo, de forma dependente, na liberalização dos mercados de capitais). Precisava-se então implementar

¹⁶⁰ VILLAREAL . *op. cit.* p. 89.

reformas econômicas nas regiões onde o caos estava preste a se instaurar (se já não o estava consumado).

Convocado pelo *Institute for International Economics* (I.I.E.), entidade de caráter privado, ainda em 1989, em Washington, reuniram-se técnicos especialistas em assuntos latino-americanos, funcionários do FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte americano, como também representantes de governos dessa região, com o objetivo de registrar um amplo consenso sobre a excelência das reformas implementadas na região até o momento¹⁶¹ – é importante ressaltar que até então na América Latina medidas de reforma estrutural no movimento de ajuste global na criação de uma nova ordem econômica (pautada na liberalização do comércio financeiro e produtivo) já vinham sendo tomadas, sendo o Chile o maior exemplo disso (as exceções, na verdade eram apenas o Brasil e Peru).

Assim, como resultado da avaliação destas “reformas econômicas *necessárias* nos países latino-americanos”, dessa reunião saiu um documento que consubstancia o projeto neoliberal. Importa desde já, salientar o fato que estaria no seguimento rígido destas teses a pré-condição de auxílio externo – multilateral ou bilateral – por parte dos organismo internacionais e EUA. SILVA vai salientar o valor desse documento no fato de reunir num conjunto integrado elementos esparsos e oriundos de fontes diversas, às vezes diretamente do governo norte-americano, outras vezes, de suas agências, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial¹⁶².

Foi John WILLIANSO, economista britânico e diretor do instituto promotor do encontro, quem definiu em dez os pontos tirados como “consensuais” desse encontro – denominando de Consenso de Washington as conclusões dali retiradas.

Em síntese são estas as dez “regras universais” definidas por tal Consenso¹⁶³:

1) disciplina fiscal através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2) focalização dos gastos públicos em educação saúde e estrutura; 3) reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso para os impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) *liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar*

¹⁶¹ O tema do encontro era: *Latin America adjustment: how much has happened?*

¹⁶² SILVA, *op. cit.* p.110.

¹⁶³ NEGRÃO, *op. cit.* p. 41-42. Vide também a crítica que o autor faz a expressão “consenso” neste contexto: “Embora tivessem, em princípio, caráter acadêmico, as conclusões do Consenso acabaram tornando-se receituário imposto por agências internacionais para a concessão de créditos: os países que quisessem empréstimos com o FMI, por exemplo, deveriam adequar suas economias às novas regras”.

em igualdade com as nacionais e o afastamento do estado do setor; 5) taxa de câmbio competitiva; 6) liberalização do comércio exterior com a redução de alíquota de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; 7) eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8) privatização, com a venda de empresas estatais; 9) desregulamentação, com redução da legislação de controle e das relações trabalhistas; e 10) homogeneização no tratamento da propriedade intelectual.

Abrindo um parêntese, na análise de um caso prático, pode-se atestar que efetivamente o programa de ajuste estrutural de orientação neoliberal, intentado pelo elite mundial, e consubstanciado no Consenso de Washington, é implementado nos países pobres na afirmação de uma nova divisão internacional do trabalho. Veja-se o caso do Brasil, e como meio de prova observemos as modificações legislativas que de 1989 para cá vem orientando a tão aclamada “reforma do Estado”: como marco regulatório inicial, contradizendo todo o passado do Direito Econômico brasileira na determinação de um Estado interventor, pode-se citar o Programa Nacional de Desestatização (PND) – lei 8.0371/90 – no Governo de Fernando Collor de MELLO, pois considerada de vital importância estratégica incluía em seu bojo a abertura da economia ao comércio e aos investimentos estrangeiros e a busca da redefinição do papel desempenhado pelo Estado, reduzindo seu tamanho de forma a ‘torná-lo mais ágil’ ao restringir a intervenção do setor empresarial estatal na atividade econômica. Começava aí a programa de privatização ocorrido no Brasil, com a privatização da USIMINAS em 1991 – também constante no PND cujo objetivo pode se dizer estava centrado verdadeiramente na redução da dívida interna e externa procurando equilibrar as finanças da gestão governamental, bem como o aumento da competitividade e modernização da infra-estrutura produtiva (discurso até hoje ainda utilizado, embora provado que as promessas não se cumprem). Tal PND veio a ser revogado em 1997 pela lei 9.491, que na verdade não tinha outro intuito senão “melhorar” o modelo proposto, corrigindo “falhas” (doutrinárias) do projeto de Collor de MELLO – continuava tudo como dantes. Isso iniciava, e de certa forma, legitimava, todo o vendaval de alterações constitucionais que acabou por deformar a essência de nossa constituição¹⁶⁴ nos Governos do Presidente Fernando Henrique CARDOSO: pela emenda constitucional nº 6 (em 1995) tem-se a mudança no conceito de empresa brasileira, passando a ser aquela instalada no país *independentemente da origem do capital*; a emenda nº 19 vem trazer para a Administração Pública o princípio da eficiência e a lógica da gestão privada;

¹⁶⁴ Neste sentido, e para pesquisar mais acerca das alterações em nosso ordenamento jurídico inspiradas pelo pensamento neoliberal, aconselhámos a leitura das obras de Maria Izabel da COSTA. *Constitucionalismo ou*

observando a atual Lei de Patentes com os documentos oficiais do Banco Mundial e discussões na OMC constata-se a cópia fiel da proposta dos países centrais; na análise da carga tributária constata-se a o padrão das receitas públicas ao longa da última década evoluindo lenta e gradativamente para dar evidência à tributação indireta (como ICMS e IPI); as alterações do Direito do Trabalho que quando não investem sobre a desregulamentação garante ao menos a flexibilização de direitos; sem falar nas atuais reformas da previdência e proposta de autonomia do Banco Central. Enfim, tudo isso mostra a existência de um projeto neoliberal a orientar as políticas do Brasil, e de uma infinidade países, o que muito bem explica a situação em que estão inseridas, e para cujo movimento não se pode fechar os olhos.

Como dito, o Consenso de Washington não tratou de formulações novas, mas simplesmente de registrar, “com aprovação”, o nível de realização das políticas econômicas já ‘recomendadas’ à América Latina. Mas ressalta SILVA o caráter de que, a partir de então, *instituiu-se um “plano único de reformas estruturais das economias periféricas, chanceladas pelo FMI e BIRD, não só dos latino-americanos, como em mais de 60 países de todo-o mundo”*¹⁶⁵, ou seja, para todas as nações periféricas estava projetado um roteiro a ser seguido para terem acesso aos recursos externos (via agências internacionais, principalmente) fundamentais para suas economias internas, uma vez que são desde sempre países que convivem estruturalmente com déficit na balanças comerciais, elevados gastos públicos etc. Com o Consenso de Washington tinha-se em mãos (numa analogia) uma grande ‘codificação’ das receitas pensadas até o momento, basta ressaltar que ao longo dos anos suas próprias regras foram modificadas. E a condicionalidade para as ajudas do FMI e Banco Mundial passavam a estar publicizadas.

Entende-se agora o papel das reformas neoliberais em garantir (coercivamente) a formatação da nova ordem econômica com o mercado liberalizado e livre de interferência estatal (no pós rompimento dos Acordos de Bretton Woods), no sentido que os Estados em dificuldades (quase todos) não têm outra opção que não o pedido de ajuda do FMI e Banco Mundial e aceitar “suas” condições. Pode-se, em síntese, reduzir a três as principais regras do Consenso de Washington num conjunto de reformas (neo)liberais, que apesar de práticas distintas está centrado doutrinariamente, na a) *liberalização*, na desregulamentação dos mercados com sua abertura à concorrência internacional, b) *abertura comercial e financeira*, pautada no pressuposto

neoliberalismo: o que interessa a quem? Porto Alegre: Síntese, 1995; Marcos Rogério PALMEIRA. *Direito Tributário versus mercado: o liberalismo na reforma do estado brasileiro nos anos 90* e já citado livro de SILVA.

duvidoso da competitividade das empresas em pé de igualdade e c) *redução do tamanho do papel do Estado*, destacando-se medidas como a privatização e retirada de mecanismos de proteção social.

Alguns autores chegam a afirmar que esse programa de ajuste estrutural consistiria num seqüencial de três fases: a primeira direcionada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade total um superávit fiscal primário envolvendo invariavelmente a revisão da relação fiscal governamental; a segunda, que fica a cargo do Banco Mundial, é o que se chamaria de reformas estruturais propriamente ditas, composta pela liberação financeira e comercial; e uma terceira etapa definida como a da retomada dos investimentos privados e do crescimento econômico. É a essas fases do ajuste que se dedica o próximo item.

3.3) As fases do ajuste estrutural

Diferentemente daqueles autores que defendem a divisão do ajuste estrutural dado acima, ainda que de maneira alguma venha a influenciar de maneira relevante o tratamento da matéria, prefere-se a posição de Eric TOUSSAINT¹⁶⁶ e Michel CHOSSUDOVSKY que consideram como duas as distintas fases do ajuste estrutural.

É interessante expor as fases do *ajuste* uma vez que não são todos os pensadores que dedicam atenção ao tema. Para este trabalho monográfico tal iniciativa é relevante, pois escancara as práticas concretas do projeto neoliberal, como instrumento das mudanças ocorridas no capitalismo moderno, contribuindo para que o leitor tenha uma clareza necessária na compreensão das relações internacionais em que seu país se insere, bem como para que possa avaliar de maneira objetiva o seguimento de tal programa pelo seu governo nacional, já que o ajuste firmado passa a ser revelado em diversas atitudes específicas e facilmente identificadas.

Seriam duas, como dito, as fases desse ajuste:

- a) a *estabilização a "curto prazo"*;
- b) e o *ajuste estrutural propriamente dito*; embora estas reformas estruturais sejam freqüentemente executadas em paralelo com o processo de estabilização econômica.

Primeira fase: estabilização econômica a curto prazo, que envolve as seguintes medidas:

¹⁶⁵ SILVA. *op. cit.* p. 111.

¹⁶⁶ *Op. cit.*

1. Desvalorização¹⁶⁷: a desvalorização e a unificação da taxa de câmbio (incluindo a eliminação dos controles de câmbio e das taxas de câmbio múltiplas) constituem o instrumento essencial da política central. É preciso notar que a desvalorização é explicitamente implementada pelas instituições de Bretton Woods.

2. Austeridade fiscal: são medidas que o FMI impõe, atingindo todas as categorias de gastos públicos. Há linhas diretoras a seguir, como o enxugamento da máquina estatal e corte nos programas sociais. Não há muita escolha. Aqui, o importante é ressaltar que os organismos multilaterais não tinham essa tarefa de controle rígido sobre os gastos de cada Ministério até o ano de 1982, quando da moratória mexicana, transformando-se em cobradores globais para os governos ocidentais e bancos privados.

Nesse contexto insere-se a questão do superávit primário (que no Brasil alcança o índice de 4,5% do PIB), com o objetivo claro de liberar os receitas do Estado para o pagamento do serviço da dívida externa.

3. Liberalização dos preços: medida que consiste na eliminação dos subsídios ou controles sobre os preços, o que tem um impacto direto sobre os níveis do salário. Consta-se aqui a grande influência do monetarismo neste cálculo¹⁶⁸.

4. Fixação dos preços dos produtos petrolíferos e dos serviços públicos: Como se percebe acompanhando o noticiário econômico o preço dos combustíveis e dos serviços públicos são os grandes vilões na definição da taxa de inflação, no passado os grandes responsáveis (e o primeiro bem mais que o segundo) daquilo que se chamava “gatilho inflacionário”. O autor que aqui nos serve de base chega a afirmar que “o preço do combustível petrolífero é regulado pelo Estado, sob a supervisão do Banco Mundial”, o que deve ser observado com a devida cautela. Todavia, total razão em dizer da pressão que a doutrina neoliberal, via Banco Mundial, faz para que haja a cobrança de todo o tipo de serviços oferecidos pelo Estado, ou que estes sejam repassados para à iniciativa privada – pois em conformidade com as bases do liberalismo econômico e constatável nos documentos oficiais dessa entidade.

¹⁶⁷ “Para um país, os ganhos de curto prazo de desvalorização são inapelavelmente apagados quando as outras nações do Terceiro Mundo, em função da concorrência são obrigadas a desvalorizar. A desvalorização da moeda é freqüentemente exigida como condição prévia para a negociação de um empréstimo de ajuste estrutural”. TOUSSAINT, *op. cit.* p. 204

¹⁶⁸ “O programa de liberalização faz também sentir seus efeitos nos preços do que entra no país e nos preços das matérias primas. Combinadas com a desvalorização, as medidas tomadas levam a altas substâncias nos preços domésticos dos insumos (...) e tendem a um impacto econômico imediato sobre a estrutura de custos na maior parte de domínios da atividade econômica”. TOUSSAINT, *op. cit.* p. 206

5. Desindexação dos salários: e aqui o grande tema passa a ser a flexibilização/desregulamentação das leis do trabalho. O FMI impõe a compressão dos salários reais, “desindexando-os e liberalizando o mercado de trabalho”; o que exige a eliminação das cláusulas de reajuste segundo o custo de vida como prevê as leis trabalhistas, bem como a eliminação da existência de um salário mínimo constitucionalmente estabelecido.

Segunda fase: o ajuste estrutural propriamente dito, com as medidas de:

6. Liberalização do comércio: são as tarifas alfandegárias no comércio internacional a vilã da vez. Prega o ortodoxismo vigente que a eliminação de tais barreiras na implantação de um livre comércio seria uma condição de possibilidade para otimização do sistema produtivo, tornando mais competitiva a economia nacional. Sem entrar no mérito da questão se tal liberalização acarreta no desmoronamento da produção industrial o que deve ser dito é a incoerência com que as grandes potências tratam esse tema, pois são elas a rumarem na contramão de seu próprio discurso, subvencionando produtos e protegendo a produção de seus empresários da concorrência externa.

7. Liberalização do sistema bancário: esta medida consiste da privatização de bancos públicos de desenvolvimento e na desregulamentação do sistema bancário comercial, no que o autor chama de uma “tendência” para a “desestabilização das instituições bancárias nacionais, sejam estatais ou privadas”. Pois os efeitos dentre outros seria o fato de o Banco Central perder o controle da política monetária, de modo que as taxas de juros seriam determinadas pelos bancos comerciais. No Brasil já vemos o efeito dessa mudança, seja com a privatização dos bancos públicos estaduais (já chegou a se falar da privatização do Banco do Brasil e da própria Caixa Econômica Federal) ou com autorização para bancos estrangeiros entrarem livremente nos setores bancários nacionais.

8. Privatização das empresas públicas¹⁶⁹: sempre ligadas á renegociação da dívida externa do país, tratando de sua modernização (no sentido de torná-lo ‘mais ágil’) e garantir o bem estar “futuro” da população, como muito bem sabe dizer os arautos do neoliberalismo e pode ser constatado no PND de Fernando Collor de MELLO.

“Em consequência do programa de privatização e da reforma do sistema bancário, o FMI exige que o campo econômico seja deixado livre para os movimentos de capitais”, atingindo

¹⁶⁹ Leitura obrigatória sobre o tema das privatizações é a obra de Aluysio BIONDI intitulada *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, passando em revista todo o

assim um grande objetivo em favor da mundialização qual seja o fato de poderem as sociedades estrangeiras repatriar para o Norte seus lucros em divisas.

9. Reforma tributária: receita do FMI sob a argumentação de que tal reforma permitiria uma melhor alocação de recursos econômicos, incluindo redefinição de impostos sobre o comércio externo bem como a eliminação de alíquotas progressivas do imposto de renda, na contramão da perspectiva que PALMEIRA¹⁷⁰ ressalta de se entender o tributo como instrumento necessário para uma política social. O professor ressalta que em virtude da frágil posição política dos países periféricos estes são “impelidos a integrar o modelo de políticas comerciais e cooperação externa, com a orientação de fazer um planejamento doméstico convergente com os interesses dos países centrais”. No campo tributário isso seria bem evidenciado na criação IVA – Imposto de Valor Agregado – numa política tributária voltada para o atendimento dos interesses dos agente econômicos transnacionais, pois acaba por garantir o centralismo fiscal tão ao gosto do neoliberais, no “simplismo na tributação” reduzindo a capacidade de Estados e Municípios firmarem qualquer tipo de política pública – o que tornaria cada vez mais previsível a (não) atuação estatal¹⁷¹.

10. Mercado de trabalho: O FMI e Banco Mundial recomendam o abrandamento das regulamentações do mercado de trabalho.

11. Sindicatos: que passam a serem vistos como os grandes vilões, que representaria muito bem a inversão de valores que o pensamento neoliberal efetuou no pensamento ocidental na medida que passam a apresentar o oprimido como o opressor e a opinião pública acaba por aceitar passivamente sem qualquer reflexão crítica a respeito.

12. Sistemas de aposentadorias e pensões: “o Banco Mundial voltou-se nos últimos anos para a reforma dos sistemas de aposentadorias e pensões, e defende ativamente a poupança por capitalização, de modo a desenvolver os *fundos de pensão privados*”¹⁷².

processo de privatização tupiniquim mostrando bem os bastidores, interesses de classe e conseqüências para o desenvolvimento da nação.

¹⁷⁰ PALMEIRA, *op. cit.*

¹⁷¹ Vide PALMEIRA, na introdução da obra citada.

¹⁷² TOUSSAINT, *op. cit.* p. 211. (grifo nosso) “Estes encorajados pelo Banco Mundial e pelo grande capital, desenvolveram-se fortemente, especialmente no Brasil, no Chile e no México”.

CONCLUSÃO

A crise econômica atual era esperável, pelo menos desde a crise do México, por nossa abertura indiscriminada ao capital especulativo.

(Maria da Conceição Tavares –
In Destruição não criadora)

Nos fins dos anos 70 a pujança da economia capitalista já não era a mesma daquela Era de Ouro que marcou os trinta anos subsequentes ao fim da II Guerra Mundial, quando o keynesianismo e o Sistema de Bretton Woods orientavam a calmaria da *pax americana*. Nas principais nações hegemônicas, por variadas causas, problemas micro e macroeconômicos colocaram em xeque a sustentabilidade do *Welfare State*.

Já vinham de longe os sinais de esgotamento da economia capitalista, bastava uma análise nos índices como da queda nas taxas de crescimento e aumento da inflação, no limiar a *estagflação*, para disso se aperceber. É certo que, de um lado, o paulatino crescimento da esfera financeira (vide a expansão do mercado de eurodólares) e o crescente déficit norte americano, numa conjuntura contrária a isso, em muito contribuíram para o agravamento da crise. Mas, para a mudança nos rumos faltava algo, uma proposta de legitimação no plano teórico, que daria vazão popular para a “contra revolução conservadora”.

Com ARRIGHI entende-se a gravidade dessa crise. CHESNAIS, desvelando a lógica das “finanças como indústria”, nesse sentido, dá subsídios para se entender o quanto as forças reais da economia de fato direcionam a superestrutura – era o momento de se buscar uma fonte de legitimação para a acumulação financeira. E NUNES, com o desenrolar da polêmica keynesianos *versus* monetaristas, fornece o substrato do surgimento de um dos principais fundamentos teóricos que veio a dar base ao neoliberalismo, que passava a justificar toda a transformação na âmbito econômico que mesmo antes da hegemonia do novo pensamento liberal já se tinha iniciado.

E assim tem-se a neoliberalismo como discurso, ficando difícil de se separar sua essência de ideologia, política e teoria econômica. Milton SANTOS defende que o mundo atual é o mundo da ideologia, um mundo movido pelo discurso, um mundo fabricado pelo homem, cuja utilização permite que ele se torne confuso e confusamente percebido.

Com o rompimento do Sistema de Bretton Woods, no sistema monetário e mercados financeiros nacionais, iniciava-se abertamente o rompimento de uma ordem eminentemente

regulacionista para uma outra, diversa, caracterizada pela grande liberdade nos mercados de capitais, cujos efeitos no contexto da financeirização da economia apenas se iniciava.

Nesse sentido, no plano pensamento econômico, o monetarismo de FRIEDMAN, em oposição ao pensamento keynesiano, vem dar suporte ao movimento de defesa da “grande transformação” prestes a se desenvolver - vindo a se tornar teoria econômica do neoliberalismo.

É para dar um fundamento teórico a esse processo de financeirização que se insere o pensamento neoliberal, desde o início caracterizado como uma reação à intervenção estatal no domínio econômico. Assim é que, no plano institucional, em contraposição à manutenção de um sistema no qual o conflito entre capital e trabalho era controlado (regulado e garantido) pela “força” estatal, optava-se pela figura de um *Estado Mínimo*, de modo a garantir que as forças do livre mercado regulem as relações em sociedade, pois este seria o único (pois melhor) agente regulador.

É na implementação do *Estado Mínimo*, como política econômica, que o neoliberalismo se mostra como um projeto já pré-concebido, orientado a servir a “algo”. Um programa de ajuste estrutural que ao “reformatar” o Estado acabar por mudar o mundo, pois como pano de fundo tem o favorecimento da acumulação do capital em seus moldes financeiros. Por que outro motivo senão este verifica-se, como recomendação do Consenso de Washington, a liberalização financeira, com o fim das restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do estado do setor? Por que nas fases do ajuste a “austeridade fiscal” é questão tão premente? Não será para garantir o pagamento das dívidas por parte dos Estados Nacionais? Por que determinar “mudanças nos sistemas de aposentadorias e pensões”? Não seria para introduzir os fundos de pensões nos mais variados mercados emergentes?

É realmente alarmante que o movimento geral do capitalismo mundial (ou regime de acumulação) repouse sobre o agravamento brutal da relação salarial, obtido pela liberalização dos investimentos e do comércio exterior. Suas tendências essenciais são comandadas, cada vez mais claramente, pelas operações e opções de um capital financeiro mais concentrado e centralizado que em nenhum outro período precedente do capitalismo.

A esfera financeira representa a motor do atual movimento de mundialização da economia, sendo nessa esfera que as operações do capital envolvem os montantes mais elevados, que sua mobilidade é maior e os interesses privados recuperam mais amplamente a iniciativa, em detrimento do Estado.

Relembre-se da dicotomia entre o caráter público e de mercadoria privada da moeda, e como a preferência pelo segundo garante a especulação financeira no novo regime de acumulação capitalista. Com a especulação financeira a extração da mais-valia passa a ser decorrente da diferença entre o preço da venda e o da compra de divisas (no caso, mas também em títulos públicos, ações etc). É o domínio do capital fictício¹⁷³ e a caos para o capital produtivo, para o “mundo trabalho” – para o ser humano.

CHESNAIS já afirmava que esse novo regime de acumulação emergiu mundialmente a partir dos anos 80, sobre a base de políticas de liberalização e de desregulamentação procedentes da “revolução conservadora” nos Estados Unidos e Reino Unido¹⁷⁴: não estaria aí o neoliberalismo?

O que se tem é o coroamento da máxima “menos Estado e mais mercado” que todo o vendaval conservador, o “giro neoliberal”, traz para a racionalidade econômica e política na gestão da coisa pública. Com a crise do Estado Providência saia de vez do seu estado de latência o pensamento (neo)liberal, que hoje adquire *status* de pensamento único nos mais variados âmbitos em que pode (deve) fazer valer sua influência. Certamente nem mesmo seus idealizadores, destacando os pensadores da Sociedade de Mont-Pèlerin, poderiam pensar em tamanho sucesso.

Ainda que a curto prazo não se vislumbre uma solução radical de mudança para esse contexto, entendê-lo passa a ser tarefa fundamental na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Na certeza de que criado por um *CRISTIANO*, será um *CÓRPO CRISTIANO* que dará as bases para um pensamento econômico que tenha no ser humano o centro de suas preocupações.

E como bem salienta Perry ANDERSON:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado (...) Política e ideologicamente, todavia o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma ideia conservadora conseguiu que predominasse tão abrangente desde o início do século como o neoliberalismo. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas

¹⁷³ “Já faz um século que Marx (1894) estabeleceu uma distinção entre dois tipos de capital financeiro: os empréstimos a médio ou longo prazo, com juros, e o que ele chamava de capital “fictício”. Segundo Marx, este abrangeria créditos envolvendo compromissos de caixa futuros (títulos), cujo valor é determinado unicamente pela capitalização do rendimento previsto, sem contrapartida direta do capital produtivo”. In GUTTMANN, *op. cit.*, p. 77.

¹⁷⁴ Vindo a reforçar o lugar central dos Estados Unidos no momento em que muitos analistas anunciavam seu enfraquecimento.

MARTIN vai dizer que “ao menos nos mercados financeiros, até o momento a globalização nada mais significa que americanizar o mundo”. *op. cit.*, p. 108

e resistam a seus regimes. A tarefa de seus oponentes é a de oferecer outras receitas e preparar outros regimes. Apenas não há como prever quando e onde vão surgir. Historicamente, o momento de virada de uma onda é uma surpresa.

BIBLIOGRAFIA

ARRIGHI, Giovanni. Costume e inovação: ondas longas e estágios do desenvolvimento capitalista. In *A iusão do desenvolvimento* (trad. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos). Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 7-51

ARRUDA JR, Edmundo Lima e **RAMOS**, Alexandre Luiz (org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ, 1998.

BETING, Joelmir. Do piso ao pico. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 13 de jul. 2003.

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado: crítica do liberalismo* (trad. de Álvaro Lorencini). São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CHESNAIS, François *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 07-139.

_____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã:1996.

FARIA, José Eduardo. *O direito e a globalização econômica: implicações e perspectivas*. 1º ed, 2ª tiragem. Malheiros Editora: São Paulo, 1998.

GENRO, Tarso. Reflexão preliminar sobre a influência do neoliberalismo no Direito. In: *Globalização, Neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba, EDIBEJ, 1998. p. 29-38

GOMES, Manuel. Eduardo. A.C. Apontamentos sobre alguns impactos do projeto neoliberal no processo de formação de tutelas jurídico-políticas. In: *Direito e Neoliberalismo: elementos para uma leitura interdisciplinar*. Curitiba, EDIBEJ: 1996. p.116-135

GRAU, Eros Roberto. O discurso neoliberal e a teoria da regulação. In: *Desenvolvimento econômico e intervenção do Estado na ordem constitucional*. Ricardo Antônio Lucas Camargo (org.). Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era do Extremos: o breve século XX*. (trad. Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 253-281 e 537-563.

IANNI, Otávio. *Teorias da Globalização* 5. ed. Rio da Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LEFTÃO, Mirian. Não ao controle. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 20 de jul. 2003.

LIMA, Abili Lázaro Castro de. *Globalização econômica, política e direito: análise das mazelas causadas no plano político-jurídico*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor: 2002. p. 156-177

LYRA FILHO, Roberto. *Por que estudar Direito, hoje?* Brasília: Edições Nair: 1984.

MACCALÓZ, Salette Maria et al. *Globalização, Neoliberalismo e Direitos Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Destaque: 1997.

MACIEL, José Alberto Couto. *Desemprego ou supérfluo: globalização*. São Paulo: LTr. 1998.

MALSKA, M. A. *Definindo conceitos: Estado neoliberal ou estado social democrático de direito na onda globalizante*. (s/l/d)

Manual de Economia Amaury Patrick GREMAUD et al; organizadores Diva BENEVIDES, Marco Antônio Sandoval de VASCONCELLOS. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003

MARTIN, Hans-Pete; **SCHUMANN**, Harald. *A armadilha da globalização* (trad. Waldtraut U. E. Rose e Clara C. W. Sackiewicz). 6. ed. São Paulo: Globo, 1999.

NEGRÃO, João José. *Para conhecer o neoliberalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.
Neoliberalismo: elementos para uma leitura interdisciplinar. Curitiba, EDIBEJ: 1996.

NUNES, A. J. Azeiás. *Neoliberalismo e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

_____. *O keynesianismo e contra-revolução monetarista*. Coimbra: SASUC, 1987.

_____. *Introdução à história do pensamento econômico*. Coimbra: SASUC 2000.
p. 79-114

PALMEIRA, Marcos Rogério. *Direito Tributário versus Mercado: o liberalismo na reforma do estado processo de formação de tutelas jurídico-políticas in Direito e Neoliberalismo*:

RAMOS FILHO, Wilson. Direito pós-moderno: caos criativo e neoliberalismo. In: *Direito e Neoliberalismo: elementos para uma leitura interdisciplinar*. Curitiba, EDIBEJ: 1996. p. 79-114

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, César Augusto Silva da. *O direito econômico na perspectiva da globalização*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

SOUZA, Sérgio Alberto. *Direito, globalização e barbárie: estudos críticos de temas de direito do trabalho e direitos humanos sob a ótica de uma leitura não-liberal*. São Paulo: LTr, 1998.

STRECK, Lênio Luiz. *Hermenêutica dogmática e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. 2. ed. ver. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição e **FIORI**, José Luis (org.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. 6. ed. Petrópolis: VOZES, 1998 p. 07-86 e 151-242.

TAVARES, Maria da Conceição. *Destinação não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TAVARES, Maria da Conceição; **FIORI**, José Luis. *(Dez)ajuste global e a modernização conservadora*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1993. p. 75-116

Território e sociedade (entrevista com Milton Santos). 2. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TOUSSAINT, Eric. *A bolsa ou a vida*. São Paulo: Edição Perseu Abramo, 2001.

VILLAREAL, René. *A contra-revolução monetarista: teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo* (trad. Ruy Jungmann) Rio de Janeiro: Record 1984 p. 11-137.

ANEXO 1¹⁷⁵

As três etapas da emergência das finanças de mercado mundializadas: caracterização geral e medidas de maior destaque

1960-1979	1980-1985	1986-1995
Internacionalização financeira "indireta" de sistemas nacionais fechados. Evolução dos Estados Unidos em direção às finanças de mercado.	Passagem simultânea para as finanças de mercado e para a interligação dos sistemas nacionais pela liberalização financeira.	Acentuação da interligação, extensão da arbitragem e incorporação dos "mercados emergentes" do terceiro mundo.
Formação nos Estados Unidos de mercados de títulos de créditos (papéis de caixa) utilizadas principalmente pelos bancos. Formação dos mercados de eurodólares como em off-shore.	Início do monetarismo no Estados Unidos e Reino Unido. Liberalização do movimentos de capitais. Securitização da dívida pública.	"Big Bang" na City. Abertura e desregulamentação dos mercados de câmbio. Abertura e desregulamentação dos mercados de matérias-primas.
Desagregação e liquidação do sistema de Bretton Woods (1966-1971).	Rápida expansão dos mercados de bônus.	Crescimento rápido dos mercados derivados de matérias primas.
Fim do enquadramento do crédito no Reino Unido (1971).	Políticas monetárias de atração de investidores estrangeiros.	Explosão do derivativos.
Passagem aos câmbios flexíveis (1973) e início do crescimento dos mercados de câmbio.	Arbitragem internacional sobre os mercados de bônus.	Aceleração dos mercados de bônus.
Falência do Banco Herstatt, início dos trabalhos referentes à normatização no BIS.	Início da desintermediação da demanda privada de liquidez dos grupos industriais e das instituições financeiras.	A partir de 1990, início da abertura e desregulamentação dos mercados de bônus e acionário dos NPI e de países de Terceiro Mundo.
Expansão acelerada do mercado eurodólares, reciclagem dos petrodólares, empréstimos bancários tomados de consórcios.	Crescimento muito rápido dos ativos dos fundos de pensão e dos <i>mutual funds</i> .	Expansão para além da zona da OCDE do regime das finanças diretas e da securitização da dívida pública.
Internacionalização acelerada dos bancos americanos (compreendidos, aí, sob forma de empréstimos não sindicais e de créditos internacionais).	Crescimento rápido dos derivativos. Expansão internacional das operações dos fundos de pensão e dos <i>mutual funds</i> .	Discussões sobre a extensão do papel do FMI (1995), em seguida da crise mexicana.
Início do endividamento do Terceiro Mundo.	<i>Junk bonds</i> e recursos alavancados os mercados de títulos das propriedades de empresas de Nova York e em Londres.	
Surgimento de mercados derivados (futuros e de opções) sobre as moedas e as taxas de juros.		

¹⁷⁵ Fonte: François CHESNAIS.